



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO DE HISTÓRIA PROFHISTÓRIA

JAQUELINE MARQUARDT

O MUSEU NACIONAL DO MAR E SEU ACERVO: UMA PROPOSTA
METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

FLORIANÓPOLIS

2019

JAQUELINE MARQUARDT

Texto apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História-ProfHistória- da Universidade Federal de Santa Catarina para obtenção do título de Mestre em Ensino de História.

Orientadora: Profª Dr.ª Mônica Martins da Silva.

Coorientador: Prof. Dr. Sandor Fernando Brigmann.

Linha de Pesquisa: Saberes Históricos em Diferentes espaços de memória.

FLORIANÓPOLIS

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Marquardt, Jaqueline

O MUSEU NACIONAL DO MAR E SEU ACERVO : UMA PROPOSTA
METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA / Jaqueline Marquardt
; orientadora, Mônica Martins da Silva, coorientador,
Sandor Fernando Brigmann, 2019.

110 p.

Dissertação (mestrado profissional) - Universidade
Federal de Santa Catarina, Centro de Ciências da Educação,
Programa de Pós-Graduação em História, Florianópolis, 2019.

Inclui referências.

1. História. 2. Ensino de História. 3. Educação
patrimonial. 4. Museus. I. Silva, Mônica Martins da . II.
Brigmann, Sandor Fernando . III. Universidade Federal de
Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação em História. IV.
Título.

Jaqueline Marquardt

Título: O MUSEU NACIONAL DO MAR E SEU ACERVO: UMA PROPOSTA
METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca examinadora
composta pelos seguintes membros:

Prof.(a) Carmem Zeli Vargas Gil, Dr(a).
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Prof.(a) Aline Carmes Kruger, Dr(a).
Universidade Federal de Santa Catarina

Certificamos que esta é a versão original e final do trabalho de conclusão que foi julgado
adequado para obtenção do título de mestre em Ensino de História.

Prof. Dr.(a) Jane Bittencourt
Coordenador(a) do Programa

Prof. Dr.(a) Mônica Martins da Silva
Orientador(a)

Florianópolis, 15 de agosto de 2019.

Aos meus pais Lorenz e Norma por serem meu porto seguro. Aos meus amigos que sempre acreditaram em mim. Aos meus colegas de mestrado pelo apoio. E aos meus alunos, que me apoiaram e me incentivam sempre.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, gostaria de agradecer a DEUS pela vida e aos meus pais pela força e compromisso, nos momentos mais difíceis desta caminhada eles mantiveram meu discernimento.

Aos amigos, obrigada pelas dicas, referências bibliográficas, pelas leituras realizadas e opiniões oferecidas no processo de construção desse trabalho, e principalmente por cada palavra de incentivo nos momentos de dificuldade.

Agradeço em especial, a todas as pessoas que fizeram parte dos grupos de discussões em simpósios nas mais diversas universidades onde apresentei meu trabalho.

Aos professores do PROFHistória-UFSC, em especial ao Prof. Dr. Elison Paim e a Prof^ª Dr^ª Mônica Martins da Silva que sempre contribuíram para o meu crescimento acadêmico e profissional, e em especial a Prof^ª Dr^ª Beatriz Galloti Mammigonian que me orientou em grande parte deste trabalho, e ao Prof^º Dr^º Sandor Brigmann pelo convite aceito para minha coorientação.

Agradeço a mim mesma por todas as leituras, surtos emocionais, noites mal dormidas, apresentações e desafios superados neste processo. Eles me fizeram mais forte, e sem dúvida uma profissional melhor. Cada passo dado na concretização desta pesquisa me fez compreender de maneira ímpar meu desafio e compromisso de ser professora, especialmente no momento político e social no qual nos encontramos.

Por fim, aos meus amigos do ProfHistória UFSC, turma de 2016. Agradeço por cada troca de aprendizado profissional e pessoal que vocês me proporcionaram, foi incrível compartilhar essa jornada com vocês. Cada aula, seminário, ida a congresso para apresentação de trabalho foi ainda mais gratificante pela presença de cada um de vocês.

RESUMO

Este trabalho é o resultado de uma pesquisa realizada no Programa de Mestrado Profissional em Ensino de história, na Universidade Federal de Santa Catarina. A Pesquisa foi desenvolvida tendo como base o Museu Nacional do Mar, localizado em São Francisco do Sul-SC, e seu acervo. O objetivo deste trabalho é apresentar uma proposta metodológica do uso do acervo do referido museu no ensino de história, pautado na historiografia e conceitos apresentados pela área de estudos do Ensino de História, bem como do tema base aqui elencado, a História do Trabalho. O trabalho de pesquisa se desenvolveu com conceitos referentes à educação patrimonial, história da cultura material, história do trabalho e abordou questões da legislação educacional nacional e estadual vigente que envolve a proposta aqui apresentada. Por fim, é apresentado o caderno metodológico que tem como objetivo ajudar os professores a fundamentarem suas ações educativas a este museu com autonomia e a analisarem o patrimônio cultural de maneira crítica e problematizadora.

Palavras-Chave: Museus, Ensino de História, Cultural Material, Educação Patrimonial, História do Trabalho.

ABSTRACT

This work is the result of a research carried out in the Professional Master's Program in Teaching History, at the Federal University of Santa Catarina. The Research was developed based on the National Museum of the Sea, located in São Francisco do Sul-SC, and its collection. The objective of this work is to present a methodological proposal of the use of the collection of the mentioned museum in the history teaching, based on the historiography and concepts presented by the area of study of History Teaching, as well as the base theme here listed, the History of Work. The research work was developed with concepts related to heritage education, history of material culture, history of work and addressed issues of current national and state educational legislation that involves the proposal presented here. Finally, the methodological guide is presented, which aims to help teachers to base their methodological notebook to this museum with autonomy and to analyze cultural heritage in a critical and problematizing way.

Keywords: Profhistory; Museums, History Teaching, Cultural Material, History of Work.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACOES

A.C.T. Admitido em caráter temporrio

ANPUH Associao Nacional de História

BNCC Base Nacional Comum Curricular

CAPES Coordenao de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

EF Ensino Fundamental

EM Ensino Médio

IPHAN Instituto do Patrimnio Histórico e Artístico Nacional

PCN Parâmetros Curriculares Nacionais

PCSC Proposta Curricular de Santa Catarina

LISTA DE FIGURAS

- Figura 1- Diorama representando o rancho dos pescadores artesanais. Fauna praiana, objetos da cultura material e imaterial.....77
- Figura 2- Diorama representando trapiche de pescadores de Laguna - SC..... 78
- Figura 3- Exposição e descrição do processo de confecção dos cestos de vime, utilizados de diversas formas no cotidiano dos pescadores.79
- Figura 4- Diorama representando as armações baleeiras no Museu Nacional do Mar.... 80
- Figura 5- Boneca em tamanho real que representa Sebastiana, sua fé e trabalho na renda de bilro.....82
- Figura 6- Diorama representando as armações baleeiras no Museu Nacional do Mar... 94
- Figura 7- Miniatura representado a construção de canoas à beira mar..... 95
- Figura 8- Modelismo Náutico, representando um dos barcos de pesca presentes no litoral catarinense.....95
- Figura 9- Diorama em miniatura representado a chegada da Família Schürmann a antártica.....96

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	12
2. O ENSINO DE HISTÓRIA E A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL NA LEGISLAÇÃO ESTADUAL E NACIONAL.....	19
2.1 Educar para o patrimônio.....	23
2.2 O Museu e o patrimônio cultural.....	33
3. O MUSEU DO MAR, SEU ACERVO E A CULTURA MATERIAL.....	40
4. AS RELAÇÕES DE TRABALHO: SUAS ANÁLISES A PARTIR DO ACERVO DO MUSEU NACIONAL DO MAR.....	51
APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA EDUCACIONAL.....	60
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	61
REFERÊNCIAS.....	63
O MUSEU NACIONAL DO MAR E SEU ACERVO: UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DE HISTÓRIA.....	67

1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho foi desenvolvido no âmbito do Programa de Pós Graduação em Ensino de História- Profhistória, da Universidade Federal de Santa Catarina, que é oferecido em rede nacional e objetiva refletir sobre as práticas e problemáticas que afetam os professores e alunos no Ensino de História. A partir deste ponto, propõe-se a elaboração de metodologias, práticas e/ou materiais didáticos, que possibilitem melhorias no ensino e aprendizagem da História na Educação Básica.

Refletindo sobre as mudanças que vêm ocorrendo, e os embates nos quais o ensino de História se encontra atualmente, compreendemos que nós professores da educação básica, fazemos parte do propósito de aproximar o Ensino de História à realidade do aluno, como preconizam as leis e diretrizes que regem a educação no Brasil¹. Assim, a escolha do tema de estudo no mestrado aqui proposto, expressa a preocupação da trajetória acadêmica e profissional da autora desde o período escolar na educação básica, até o presente, com o desenvolvimento das visitas a museus e a articulação com o ensino de história.

A autora teve sua formação na educação básica na rede estadual de ensino de Santa Catarina, na cidade de Massaranduba, SC na Escola de Educação Básica General Rondon. Foi a partir deste ambiente que teve seu primeiro contato com os museus e seus acervos.

Assim, desde o início do período de escolhas para vida profissional, sempre objetivou com clareza que o caminho seria à docência. A escolha pela História se atribui às aulas da professora Luzia Pera Stringari, hoje colega de trabalho, que sempre proporcionou a reflexão do papel dos alunos enquanto agentes históricos em suas aulas.

Uma vez feita à escolha profissional no ano de 2008, iniciou sua vida acadêmica na Universidade Regional de Blumenau- FURB, no curso de história, licenciatura e bacharelado. Os caminhos percorridos na Universidade reafirmaram o meu desejo pela carreira docente. As práticas vivenciadas no ensino básico e na graduação a levaram a inserir em seu cotidiano, seja ele profissional ou pessoal, as visitas aos museus como uma forma de aperfeiçoamento profissional e de metodologia de ensino.

¹ Tais quais a LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional) e os PCNs (Parâmetros Curriculares Nacionais).

Enquanto professora, iniciou sua carreira no ano de 2010 na rede municipal de Massaranduba, SC. Desde o ano de 2013, até o ano vigente de 2018, atuou na rede estadual de ensino de Santa Catarina, como professora ACT (Contrato temporário), na Escola de Educação Básica General Rondon.

Nesta trajetória enquanto professora, desde o princípio foi adotada como prática a visita a museus, em diferentes períodos e fases do ano letivo, de acordo com o conteúdo ou conceito abordado nas aulas com os alunos.

Com as experiências pessoais da autora, algumas questões observadas durante as ações dos educadores museais, motivaram a pesquisa aqui apresentada. Como relacionar previamente (além de uma visita de reconhecimento dos museus) o acervo do museu ao conteúdo de estudo abordado pelo professor em sala de aula? Como tornar o professor um dos protagonistas do processo de ações educativas no museu?

Partindo dessa realidade, o objetivo principal deste trabalho é propor uma metodologia que ajude os professores a compreenderem que as ações educativas nos museus são atividades práticas muito importantes para que os alunos desenvolvam sua compreensão do papel de agentes da história. Além disso, as ações possibilitam o aguçar da percepção dos alunos em relação ao seu entorno, seja nas relações de trabalho, com o meio ambiente, com as atividades econômicas, possibilitando uma mudança de olhar dos alunos e professores das suas paisagens cotidianas, além de reconhecer o Museu como espaço educativo e potente para se ensinar história.

Apresentada a relação com a temática escolhida, apresenta-se agora o objeto de estudo desta pesquisa, O Museu Nacional do Mar, e logo em seguida, através da metodologia, o produto proveniente desta prática. Este foi proposto para apoiar e enriquecer as práticas já realizadas por professores da Educação Básica em geral, relacionadas às ações educativas já realizadas a museus.

A proposta metodológica foi elaborada para ser desenvolvida no Museu Nacional do Mar em São Francisco do Sul, SC, tendo como tema base, a “História do trabalho”. As ações propostas estão estabelecidas em temas analisados e contextualizados divididos em eixos de apresentação e estudo tais como: a pesca, as armações baleeiras, o porto e as grandes navegações, temas que envolvem a vida marítima, tão importante na história mundial, brasileira e catarinense, que são objeto da exposição do museu.

Aberto à visita desde o ano de 1993, o Museu Nacional do Mar está instalado nos grandes armazéns da antiga Cia. Hoepcke, que ficaram abandonados quando as atividades ali foram desativadas. Revitalizados, os armazéns passaram a abrigar o Museu

e a enriquecer o conjunto de bens culturais que formam o centro histórico da cidade de São Francisco do Sul. A idéia da constituição do Museu surge a partir do levantamento para o processo de tombamento do centro histórico da cidade, na década de 1980. Reformado entre 2003 e 2004, o espaço recebeu diversas embarcações divididas em algumas salas, e que hoje constituem os dioramas do Museu.

O objetivo do Museu é valorizar a arte e o conhecimento dos homens que vivem do mar. As embarcações originais, provenientes de várias partes do país, configuram expressivo conjunto, testemunho da cultura marítima e náutica do país. Em seu acervo encontram-se mais de 60 barcos em tamanho natural e cerca de 200 peças de modelismo e artesanato naval, identificados com textos e imagens explicativas. Este acervo foi doado, comprado ou mesmo construído para estar exposto no Museu. Ele também contempla réplicas de diversas embarcações de todo o mundo, mas principalmente brasileiras, como jangadas, saveiros, canoas, cúteres, botes, traineiras e baleeiras.

O Museu dispõe ainda de cerca de quinze ² salas temáticas que ocupam os dois extensos conjuntos de galpões da antiga Cia, Hoepcke. Em algumas salas foram montados dioramas - espécie de representação cênica- onde podem ser observados os usos daquelas embarcações e o modo como os homens desempenhavam uma determinada atividade, como a caça a baleia, por exemplo.

A escolha da proposição e composição dessa proposta se deu, como já mencionado, a partir das experiências da autora, e da sugestão de colegas de profissão. Após várias mudanças na composição inicial do produto educacional, a escolha por um museu e um tema se deu na qualificação do trabalho, onde o Museu Nacional do Mar e o trabalho foram elencados como objeto e tema a serem desenvolvidos. A partir destas escolhas, novas leituras e uma pesquisa no próprio museu se fizeram necessárias. Assim, todas as fotos e muitas das informações aqui apresentadas são provenientes de visitas realizadas ao museu, seja como pesquisadora, ou professora.

A metodologia é apresentada de maneira que permita ao professor compreender as possibilidades abordadas em relação ao uso do acervo do museu como metodologia no campo do de Ensino de História.

Para iniciar, a apresentação do Museu é feita para que os professores que ainda não tenham tido a oportunidade de conhecer este espaço possam compreender sobre sua

² Esse número pode variar de acordo com as salas fechadas para revitalização e por questões estruturais do prédio.

história e seu acervo. Em seguida, informações gerais sobre o funcionamento, valores e localização do Museu estão presentes.

A metodologia da proposta de ação educativa aqui apresentada está dividida em quatro eixos de estudo: As Grandes Navegações, as Armações Baleeiras, a Pesca e o Porto. Cada um dos eixos foi pensado e estruturado de modo a oferecer ao professor condições de empreender sua ação educacional no museu de maneira autônoma e dinâmica, possibilitando um novo olhar sobre os objetos musealizados a partir dos temas propostos.

Em cada um dos temas, serão abordados textos condutores que servirão de base para o professor compreender o tema abordado. Além do texto, imagens, vídeos, memes e charges compõem a gama de materiais auxiliares propostos para o trabalho do professor, contando também, com as atividades direcionadas e complementares, para o antes, durante e após as ações educativas.

Nós professores sempre buscamos fazer com que o meio de aprendizagem do aluno seja o mais diverso e interessante possível, por isso, esta sessão ajudará o professor com propostas de atividades, podendo aproveitar as ideias, ou adaptá-las de acordo com a sua realidade. Afinal, o reconhecimento da autonomia e das possibilidades do uso e das elaborações das atividades pelos professores, contempla a subjetividade da prática docente, que não é estática, pelo contrário, deve se interar e pautar suas práticas na realidade educacional, bem como incorporar seus saberes docentes diversos.

Para auxiliar na propagação a proposta metodológica será disponibilizada aos professores por meio de acesso eletrônico, no site do Profhistória da UFSC, bem como estará acessível virtualmente na biblioteca da universidade e na plataforma Educapes sendo possível aos professores baixá-lo e fazer uso do mesmo de maneira off-line.

A metodologia aqui proposta tem como objetivo auxiliar os professores a problematizarem os processos que envolvem desde o início das aulas sobre os temas abordados, passando por materiais auxiliares que propõem reflexões e conhecimento sobre os temas, até propor atividades que possam ser desenvolvidas com os alunos após a realização das visitas.

Esta metodologia transita entre diversos campos de estudos, como a Educação Patrimonial e o Ensino de História, bem como fundamentalmente com as leis que regem a educação no âmbito nacional e estadual. Inserido na linha de pesquisa Saberes Históricos em Diferentes Espaços de Memória, esse trabalho busca contribuir efetivamente para o alcance dos propósitos do Profhistória, pois fomenta prática de ensino e reflete acerca das

contribuições dos diferentes espaços para o entendimento dos alunos, sobre o conteúdo proposto. Além de nos provocar a pensar sobre os diversos espaços em que é possível ensinar história, como os museus.

Para o arcabouço teórico do tema, foram utilizados alguns conceitos e autores previamente selecionados de acordo com as suas abordagens que nos permitem compreender questões atuais tais quais, as tensões envolvidas nas escolhas da salvaguarda dos bens materiais e culturais além de analisar as possibilidades críticas de entendimento e das escolhas da composição desse acervo do Museu, e da aplicação do tema base para essa compreensão. Dialogam com as legislações de ensino, tanto nacional como a LDB (lei de diretrizes e bases 1996), com a Proposta curricular de Santa Catarina (2014) e com os parâmetros curriculares estaduais de história de Santa Catarina (2014). Além de dialogar com autores como Janice Gonçalves (2017) do campo do patrimônio histórico, Sônia Regina Miranda (2010) do campo de memória e Ensino de História, José D'Assunção Barros (2004) e suas contribuições acerca da cultura material, dialogando com Ulpiano T. Bezerra Meneses (1998) que colabora com questionamento relacionados a memória e cultura material e Marcelo Rede, da área da arqueologia com seus estudos ligados a materialidade (2012, 2006) que em suas áreas de estudo contribuem para a reflexão do processo de construção e dialogo deste trabalho.

Num primeiro momento, foi realizado um levantamento bibliográfico, estado da arte preliminar que teve como objetivo mapear as publicações e discussões atuais dos campos de estudos elencados neste trabalho. Sua importância foi a de compreendermos num primeiro momentos quais as produções sobre o tema, para que pudéssemos nos dedicar a escrita do projeto de pesquisa, e compreendêssemos a dimensão das possibilidades e desafios da elaboração de uma metodologia voltada a professores da educação básica. Nesta pesquisa foram encontrados 469 arquivos relacionados à visitação a museus, aulas passeio e viagens de estudos nos anais da ANPUH e 14.058 resultados para no banco de dissertações e teses da CAPES. Também realizei pesquisa no acervo disponível no site do IPHAN sobre a questão patrimonial, mais especificamente sobre a educação patrimonial. Fiz, além disso, um levantamento de produções estrangeiras a respeito dos temas aqui trabalhados, com destaque para as de Portugal, Angola e dos Estados Unidos, pois foram a partir destes países que encontramos diversos trabalhos ligados a temática, em nossa pesquisa inicial.

Questões ligadas aos conceitos de cidades, história local e regional, museus, patrimônio e educação patrimonial foram as mais recorrentes ligadas às experiências de

professores, que pelo Brasil, nas escolas e universidades acreditam e promovem a ida aos museus com seus alunos, buscando o entendimento do espaço urbano e da constituição de uma memória coletiva e social. Ações educativas a museus, cemitérios, praças, ruas, repartições públicas, centros históricos e empresas são alguns dos exemplos que podemos citar neste vasto número de produções encontradas. Na continuidade da pesquisa, percebeu-se que teses e dissertações que tratam especificamente desta temática no Ensino de História, apresentam um número não tão expressivo.

Porém, dentro de diversas universidades existem laboratórios que se ocupam em produzir e disseminar materiais didáticos nessa mesma proposição, como o Laboratório de Ensino e Material Didático – LEMAD, da USP, o Laboratório de Estudos e Pesquisas em Ensino de História – LABEPEH, da UFMG, e o Laboratório de Ensino de História e Educação – LHISTE, da UFRGS, são exemplos de laboratórios que possuem experiências que envolvem o Ensino de História e a concepção de materiais e guias que possibilitam seu uso nas ações educativas a museus e locais históricos. Seguindo a pesquisa, nas páginas destes e de outros laboratórios³ direcionados ao Ensino de História em específico ou não, que produzem materiais desse perfil, frequentemente com temáticas específicas e são voltados a determinados grupos, sejam eles étnicos, sociais ou instituições que fazem uso dos mesmos, pois são geralmente voltados ao uso dos alunos, mas que servem de base e impulso para a metodologia aqui proposta e descrita.

Desta forma, analisar questões referentes ao Patrimônio Histórico e à Educação Patrimonial é fundamental ao produto educacional aqui proposto, visto que a maioria dos trabalhos lidos e mesmo as viagens de estudos já realizadas, tem, como pano de fundo, a visitação a espaços patrimonializados, sejam eles centros históricos, museus ou monumentos. Bem como, se faz necessário uma reflexão sobre a legislação que rege a educação no que cerne a metodologia aqui proposta.

O presente trabalho será composto por três capítulos: No primeiro capítulo, são analisadas questões relacionadas ao Ensino de História, educação patrimonial e sua legislação educacional para que possamos compreender a importância e a complexidade do uso do patrimônio cultural como objeto do Ensino de História.

³ Laboratório de Ensino de História e Educação – LHISTE. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/lhiste/>>. <http://www.fae.ufmg.br/labepeh/> <http://lemad.fflch.usp.br/node/7359> <http://santaafrocatarina.blogspot.com.br/>

No segundo capítulo, para o entendimento da importância da materialidade do acervo do museu buscamos as problematizações do uso desse acervo, bem como, procuramos estabelecer diálogos historiográficos de José D' Assunção Barros (2004) com o trabalho arqueológico, com autores como Marcelo Rede (2012) que permitem compreender as novas interpretações acerca do uso do acervo de cultura material.

No terceiro capítulo, que fundamenta a escolha da História do Trabalho como tema de abordagem do museu, trazemos a análise com o desenvolvimento do tema central. Neste capítulo faremos considerações sobre as mudanças ocorridas na historiografia sobre o “trabalho” no Brasil e no mundo, dialogando com autores como Sidney Chalhoub (2009), Norberto Ferreras (2002) e analisando questões relacionadas ao mundo do trabalho relacionado ao mar e pertinente ao acervo do Museu Nacional do Mar Fernanda Zimmerman (2013).

Os capítulos apresentados acima constituem esta pesquisa e se articulam pois cada um destes se direciona a analisar diferentes questões que são importantes para a composição geral desta pesquisa. Esta estrutura surge a partir das leituras realizadas e das possibilidades encontradas em cada campo de análise. Assim, a escolha e a composição destes capítulos são pertinentes ao objetivo proposto.

2. O ENSINO DE HISTÓRIA, A EDUCAÇÃO PATRIMONIAL E A LEGISLAÇÃO VIGENTE

O Ensino de História em Santa Catarina é regulamentado pela Proposta Curricular de Santa Catarina – PCSC, atualizada em 2014, que tem como base, a formação humana integral, tomando por princípio o ser humano e seu direito à educação para atuar de maneira efetiva em sociedade, agindo de maneira crítica e atenta a sua realidade. O percurso formativo do aluno, dessa mesma maneira, é pensado como integral e deve ser trabalhado nesse viés. Neste contexto, o museu como espaço e objeto de aprendizagem se mostra como uma possibilidade para a educação integral ao propiciar ferramentas para tornar o processo de ensino e aprendizagem mais significativos. Ademais, as visitas possibilitam ainda, uma abordagem interdisciplinar dos conhecimentos envolvidos, desde o planejamento até os conteúdos curriculares, auxiliando na efetiva aprendizagem e na integração entre as diferentes áreas do conhecimento. Neste sentido, a Proposta Curricular de Santa Catarina dimensiona as questões curriculares ligadas à educação integral:

O que se objetiva nas aprendizagens do sujeito por meio de um currículo que privilegie as ações de educação integral é a permanência de práticas que se renovem e sejam mediadas pelo entorno histórico, social e cultural, nas quais se reconheçam seus conhecimentos prévios como ponto de partida, permitindo a instauração de aprendizagens e vivências que sustentem a organização de compreensões e, pela generalização dos conceitos, amparem novas aprendizagens. (PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, 2014, p. 46).

Promover práticas que envolvam seu entorno, seja ele histórico, social ou cultural, é justamente o que as ações educacionais podem proporcionar aos alunos, uma vez que são propiciadas vivências do eu e do outro enquanto questões culturais, sociais, econômicas, artísticas e históricas. As ações podem ser ainda, inseridas no conceito de cotidiano apresentado pela PCSC (2014), uma vez que a mesma subdivide este conceito em dois: os conceitos cotidianos e os conceitos sistematizados:

Como instrumentos de apreensão da realidade podem ser entendidos dois: conceitos cotidianos e conceitos sistematizados, que diferem em suas origens. Os cotidianos são desenvolvidos a partir das experiências sensoriais dos sujeitos mediados pela intervenção daqueles que os cercam; percorrem longo caminho partindo diretamente das experiências e vivências, criando uma série de estruturas necessárias para que surjam as propriedades e os elementos dos conceitos. Decorrem das experiências sensoriais e da compreensão que tenha

sido possível ao grupo social onde o sujeito está. Estabelecem-se como as primeiras explicações e compõem o filtro de entendimento e ação sobre a realidade. São igualmente mediados pela linguagem e formam, portanto, a primeira compreensão sobre a realidade que o cerca. O conceito sistematizado, objeto das interações escolarizadas, resulta de ações intencionais e claramente objetivadas, partindo da definição verbal (aquela que o medeia), aqui com uso mais elaborado, organizado e sofisticado, e abre a possibilidade de reestruturação necessária para dominar as propriedades superiores do conceito. A força mais evidente dos conceitos elaborados se manifesta em uma esfera, o pensamento teórico, que está determinada pelas propriedades superiores dos conceitos, ou seja, seu caráter consciente e de voluntariedade. (PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, 2014, p. 36)

Da forma como apresentado na proposta, compreendemos que os conceitos cotidianos ou sistematizados, fazem parte do dia-a-dia do aprendizado do aluno, afinal o aluno já se insere na escola trazendo consigo as aprendizagens de seu contexto familiar, bem como do meio que o cerca. Esses conceitos cotidianos nos ajudam a compreender em diversos momentos as particularidades de cada aluno e o grau de desenvolvimento deste em seu meio familiar.

Estes conceitos cotidianos são constituídos por aquilo que diz respeito a valores éticos e morais, além de questões religiosas e outras voltadas igualmente ao bom convívio em sociedade, notadamente as normas das instituições que frequentam.

Os conceitos sistematizados, aqueles que consideramos científicos, uma vez que as disciplinas escolares se encaixam em diferentes eixos de saberes científicos, lançam ações que objetivam alcançar resultados previamente propostos, uma vez que estes possibilitam, a nós, professores, uma gestão mais efetiva da aprendizagem de nossos alunos. Assim, propõem-se ações voltadas para a aprendizagem direcionada através dos conceitos/temas/conteúdos trabalhados. Dessa forma, as ações educativas nos museus podem contribuir para que o aluno analise e compreenda as questões apresentadas e se perceba enquanto atuante nos processos históricos. Isso possibilita, ainda, que os conceitos cotidianos e os sistematizados possam ser ativados e postos em prática nesse momento, um em complemento ao outro.

Compreendido o conceito sistematizado, é de suma importância que nos atenhamos aos conceitos cotidianos. Nossos alunos aprendem história, por exemplo, através das mais diversas séries e filmes. Por isso, a própria proposta aborda a questão:

É mister que a escola valorize, pois, os saberes que os sujeitos trazem dos diferentes espaços sociais em que estabelecem relações intersubjetivas, quer seja dos filmes a que assistem, das fotografias, da televisão, dos quadrinhos, da literatura e dos diferentes modos de produção característicos da internet. As interações por meio desses diferentes artefatos culturais podem servir como

ponto de partida para a ampliação dos conhecimentos sistematizados e o desenvolvimento do ato criador e do pensamento teórico – função social da escola. (SANTA CATARINA, 2014, p. 49).

Dessa forma, o professor corrobora com a PCSC (2014) quando compreende que estas também são formas de aprendizado, que merecem nossa problematização e que ajudam aos alunos a compreenderem questões que, muitas vezes, fogem de sua realidade.

A vista disso devemos enquanto professores, além de compreender os conceitos cotidianos, entender que os conceitos sistematizados não são construídos apenas na sala de aula. Para os autores da proposta,

Uma educação integral não cabe dentro dos muros da escola. Em busca de espaço ou na perspectiva de partilhar a vida fora do espaço escolar, encontrar na vizinhança e arredores espaços que cumpram papéis pedagógicos tem sido uma solução possível. São atitudes que educam para conhecer e atuar sobre os espaços que vivem e educam a cidade, o trânsito e as vivências, chamando atenção para os sujeitos e criando uma rede de cuidado e educação. Procurar abrigar atividades em clubes, espaços religiosos, praças, abrigos diversos para além da estrutura qualificada já existente na escola, traz para a educação integral uma ampliação de possibilidades ao transformar o entorno, o bairro ou a cidade em espaços educativos, em salas de referência. (PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, 2014, p. 43-44).

A construção contínua e conjunta dos saberes sistematizados envolve assim, o entendimento do seu entorno. Perceber sua cidade enquanto lugar de história e compreender sua rua enquanto palco das ações do homem no tempo são atitudes que permitem ao aluno relacionar a história com o seu cotidiano. Conforme apresenta a PCSC:

A principal indicação é a necessidade de a cidade, grande ou pequena, ser objeto de observação e estudo, permitindo de forma viva e ativa o convívio dos sujeitos com o que ela tem para oferecer, estabelecendo um conhecimento que se torna aprofundado e organizado pelas trilhas, rotas e intervenções possíveis. Nesse sentido, a proposta da educação integral é ampliar o repertório vivencial da vida escolar dos sujeitos, buscando relacionar os conceitos sistematizados às vivências na comunidade (PROPOSTA CURRICULAR DE SANTA CATARINA, 2014, p. 43-44).

É imprescindível trazer ao aluno a noção de que a cidade e seus locais de memória, como os museus, por exemplo, são frutos de escolhas e nestes locais é possível observar questões de seu passado, mas que também são possíveis diversas problematizações sobre o que está exposto. Pela Proposta Curricular de Santa Catarina:

O ensino da História deve incluir o processo de comparação através da estimulação da controvérsia. O fato só se materializa pela multiplicidade dos significados a ele atribuído, tanto no nível do vivido como no concebido. Não há verdades absolutas, uma vez que a singularidade dos processos se produz no outro e indica como determinada sociedade, grupo social e/ou individualidade se qualifica na relação com o mesmo. A alteridade decorrente desta apropriação-superação permite o reconhecimento dos valores positivos ou negativos de uns sobre os demais (PARÂMETROS CURRICULARES DE HISTÓRIA, 2014, p. 164).

Entendemos assim, que as ações possibilitam aos alunos compreenderem as controvérsias apresentadas, muitas vezes, como verdades, pois promove à análise e o entendimento acerca das diferenças existentes em sua cidade, região e país. Desmistificando a ideia de uma cultura ou sociedade homogênea no que diz respeito as mais diversas nuances da sociedade na qual vivemos, possibilitando a compreensão da importância do estudo da diversidade cultural e étnica dos indivíduos

Além da PCSC (2014), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 2000), também apontam para a possibilidade de se utilizar das ações educacionais a museus como fomento dos temas/conceitos/conteúdos aprendidos em sala de aula, dela destacamos:

É importante salientar que o espaço de aprendizagem não se restringe à escola, sendo necessário propor atividades que ocorram fora dela. A programação deve contar com passeios, excursões, teatro, cinema, visitas a fábricas, marcenarias, padarias, enfim, com as possibilidades existentes em cada local e as necessidades de realização do trabalho escolar. (BRASIL, 2000, p.103)

O mesmo aponta, inclusive, que a ação deve se dar pela natureza das necessidades para a realização do trabalho escolar, ampliando assim, as possibilidades de uso e práticas destas ações no cotidiano do Ensino de História.

A escolha pelo uso, nessa pesquisa, dos PCNS, ao invés da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), se deu por uma opção da autora já que a BNCC era um documento ainda não regulamentado no momento do desenvolvimento dessa pesquisa.

2.1 EDUCAR PARA O PATRIMÔNIO?

Conforme observado na legislação vigente, as práticas de ações educacionais a museus são alicerçadas e encorajadas para que a efetiva educação integral proposta possa ser alcançada. Desta forma, a escolha do Museu Nacional do Mar como objeto de estudos dessa pesquisa, se alicerça nas suas potencialidades para a prática da educação integral proposta pelo Estado de Santa Catarina, uma vez que, o acervo do Museu e sua própria edificação, além da cidade sede, São Francisco do Sul, podem ser observados e analisados pelos alunos em suas ações desenvolvidas a partir das propostas da metodologia aqui apresentada. Além disso, o próprio museu possui uma proposta de integração dos alunos, onde esquetes teatrais são apresentados em salas específicas, pautadas em temas históricos, ou sociais, relacionadas com as embarcações ou com os dioramas e suas representações, que nos leva a análise das pesquisas, a seguir, sobre a educação patrimonial.

Durante a pesquisa bibliográfica, realizada como estado da arte percebeu-se que a maioria dos trabalhos que envolvem a temática dos museus, são relatos de experiências de professores no ensino de história, com ênfase nas experiências ocorridas com o ensino fundamental II. Para este levantamento, foram pesquisados os anais disponíveis no site da Associação Nacional de História (ANPUH), bem como o banco de dados de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior (CAPES), além de diversos periódicos disponíveis *on-line*, tais quais: os da plataforma *Scientific Electronic Library Online* (Scielo), e de encontros nacionais de professores de história, e diversos números de revistas nacionais que apresentam e debatem questões referentes ao ensino de história no Brasil. Esta pesquisa mostrou que a maioria dos trabalhos submetidos para publicação são experiências de ações educacionais realizadas em museus, em maior número no ensino fundamental II, e se percebe em suas leituras uma falta de autonomia do professor em relação ao processo, dada a sua condição de narrador do processo de visita e não de autor do percurso.

Compreender as questões que envolvem o Ensino, e as ações nos museus, envolve entender o processo de interligação entre essas duas frentes. A escola e o museu mesmo sendo espaços distintos de aprendizagem, fazem emergir a importância da educação patrimonial para o Ensino de História. Em uma das oportunidades em que estivemos com alunos visitando o museu aqui mencionado, os agentes educacionais do museu relataram ser possível perceber quando os alunos são preparados e orientados para

estarem naquele espaço, ou quando este processo não acontece. Sabemos que o espaço do Ensino de História dentro dos museus é diferente daquele da sala de aula, porém, precisamos compreender também que estes espaços precisam estar alinhados em seus objetivos. Estudar história no museu é provocar o aluno a enxergar o que não é dito, o que não é óbvio e a pensar além das descrições dos objetos ou das interferências dos agentes educacionais dos museus. Ensinar e estudar história requer que professores e alunos compreendam este espaço como palco de disputas, memórias e escolhas, que são diferentes daquelas que os professores fazem em seu cotidiano em sala de aula, mas que tal qual, provocam o aluno a refletir sobre o fato e reconhecer-se ou não neste processo.

Compreender as práticas educativas no museu é essencial para o entendimento das ações que serão desenvolvidas a partir do uso da metodologia educacional aqui proposta. Portanto, aprofundar a análise sobre este se torna imperativo para que possamos compreender as dimensões deste trabalho.

A educação é uma prática sociocultural não pode ser pensada separada do patrimônio. Essa afirmação proveniente das reflexões de Tolentino (2016) deixa clara a relação bastante íntima que deve ser firmada entre o patrimônio e a educação patrimonial. O autor destaca que pensar a problematização do patrimônio, requer que seus agentes, sejam eles os produtores ou os detentores do patrimônio devem ser inseridos nessa questão como agentes ativos.

O importante é o processo dialógico e democrático dessa prática educativa, numa perspectiva freiriana, que preza pela alteridade, pelo respeito à diversidade cultural e pela participação ativa dos produtores e detentores do patrimônio como sujeitos sócio-históricos. (TOLENTINO, 2016, p. 40)

O autor chama atenção para as falácias que são atribuídas a educação patrimonial, dentre as quais poderemos observar que muitas se encontram difundidas em nosso meio escolar e em algumas publicações sobre o tema. Tolentino (2016) destaca que estas questões são importante ponto de discussão para a mudança de visão instrutivista do patrimônio para uma dialógica em que o conhecimento transforme a realidade. Destacamos as cinco das principais questões apuradas por ele. Primeiro: que ocorre uma alfabetização cultural através do patrimônio; segundo, que a educação patrimonial surgiu nos anos 1980 no Brasil; terceiro a conscientização para preservar, o autor deixa claro que apenas a conscientização da importância do patrimônio não constitui o entendimento das relações de poderes envolvidas, quarto, que a educação patrimonial ocorre apenas para os

bens tombados pelo Estado e por último, que é preciso conhecer para preservar. Para o autor todas estas cinco questões estão intrínsecas no processo de educação patrimonial, por isso, cada uma delas se apresenta como uma falácia.

Portanto:

Isso requer, necessariamente, que as práticas educativas sejam dialógicas e democráticas, partindo do pressuposto de que o patrimônio cultural é dinâmico e histórico-socialmente determinado pelos sujeitos que lhes atribuem sentidos e significados. (TOLENTINO, 2016 p. 47)

Gil e Possamai, (2014) contribuem com essa perspectiva da educação patrimonial, quando dialogam sobre o papel do sujeito no entendimento da educação patrimonial: “Hoje, entendemos como fundamental a reflexão a respeito da relação patrimonial com foco no sujeito ao mesmo tempo produto e produtor de cultura.” (GIL e POSSAMAI, 2014, p. 14) Entender o sujeito como produto e produtor da cultura é valorizar suas ações no meio em que vive, além de promover a percepção de que ele pode ser agente de mudança e permanência dos espaços que o circundam.

Desse Modo, os museus e os patrimônios, assim como os diversos outros elementos simbólicos, precisam ser vistos como dispositivos de criação e invenção de representações, narrativas e imagens sobre o passado e a memória, consubstanciados num extenso rol de práticas consolidadas no âmbito do Estado por seus agentes e que se materializarão nos séculos seguintes como políticas públicas. (POSSAMAI; GIL, 2014, p. 15)

Desta forma, quando apresentamos as imagens do Museu Nacional do Mar estamos lidando com as escolhas realizadas pela museografia escolhida pelos agentes do museu, para o destaque de determinadas embarcações ou objetos da cultura material.

Seguindo as considerações das autoras sobre o patrimônio e a educação patrimonial, elas afirmam:

“Eis, então, o desafio atual: construir projetos de educação patrimonial, tomando o patrimônio como documento para o ensino, e, assim, problematizar e debater as práticas culturais que engendram patrimônios.” (POSSAMAI; GIL, 2014 p. 22)

Essa proposição de um debate e práticas críticas em relação ao patrimônio é o que se objetiva que ocorra aos professores e alunos que serão impactados pelo uso da metodologia aqui proposta.

. Pereira e Oriá (2012) apontam sobre essas mudanças na forma de se preocupar com a memória e o patrimônio.

Adota-se, portanto, uma noção mais abrangente de Patrimônio Cultural e se rompe com a visão elitista que considerava apenas objeto de preservação cultural as manifestações de classes historicamente dominantes, incorporando, a partir de então, os registros e modos de expressar a cultura de diferentes grupos étnicos e sociais que contribuíram e contribuem para a formação da sociedade brasileira. No seio desta transformação também enuncia-se nova abordagem educativa do patrimônio, convocada pela dinamicidade e processualidade da cultura. (PEREIRA; ORIÁ, 2012 p. 166)

Estas transformações são frutos de uma nova geração, de novos pensamentos políticos, que envolvem a preservação de patrimônios distintos, dando voz e visão a grupos e questões até então invisíveis as instituições oficiais. A escola como interlocutora destes grupos se torna assim, agente principal na transformação e difusão dessas novas reflexões a cerca do patrimônio.

Estas reflexões acerca da relação entre o Ensino de História e o patrimônio cultural, são também desenvolvidas fora do Brasil. Júlio Horácio Chuvuanga Bembe (2013) reflete a respeito do trabalho com o patrimônio cultural em Cabinda, na República de Angola, num contexto pós-guerra civil, que assolou o país por mais de duas décadas. Entender o contexto angolano sobre o Ensino e o Patrimônio foi importante para que pudéssemos compreender as questões singulares e pares deste processo em outros países de língua portuguesa, já que por muitas vezes também acabamos nos pautando em experiências européias e norte americanas. Bembe (2013) discute as mudanças ocorridas no currículo, que hoje aborda com mais ênfase a história angolana, não apenas tratando de uma história estrangeira ou mesmo universal. Aponta um grande vazio no que diz respeito ao estudo do patrimônio cultural, que segundo o mesmo, ajudaria a construir uma história angolana mais coerente e real. Segundo ele, o multiculturalismo seria um conceito chave para a compreensão e efetiva educação para o patrimônio histórico cultural em Cabinda. Se utilizando de Candau (2001), o autor, lembra que a educação deve estar ligada ao contexto cultural em que se situa. Assim, as escolas de Cabinda, “podem se constituir de um espaço propício para o envolvimento destas nas acções de índole patrimonial” (BEMBE, 2013, p.103).

Bembe (2013) propõe estratégias para a divulgação de conhecimentos adquiridos pelos próprios alunos em relação ao patrimônio cultural, dialogando com a comunidade e a escola, desenvolvendo práticas de preservação.

Em relação ao patrimônio cultural e a disciplina de história, o autor aponta que ainda há um longo caminho a se percorrer no que diz respeito à efetiva proposição de programas na disciplina de história que proporcionem a reflexão a partir da questão do patrimônio cultural: “é evidente que a prática, mais do que um simples acto, é um meio de consolidar conhecimentos tendo em conta uma realidade objectiva” (BEMBE, 2013, p.108).

Outra autora, Pinto (2016), oriunda de Porto, Portugal apresenta um estudo que contempla a cidade de Guimarães em Portugal, mais precisamente seu centro histórico e sua experiência educativa com alunos. Apresenta, pois, que, “monumento, cidade histórica, e patrimônio cultural, são noções relacionadas com o modo como as sociedades ocidentais assumiram a sua relação com a temporalidade e construíram as suas identidades.” (PINTO, 2016, p.50).

A autora levanta questões acerca das mudanças nas legislações portuguesas no que diz respeito ao patrimônio cultural. Mas aponta igualmente suas insuficiências. Apresenta que a educação para o patrimônio foi “reanimada pelo desenvolvimento da sociedade de lazer e do turismo cultural, a par da indústria do ócio” (PINTO, 2016, p. 52). Uma vez que se acredita e que se “considera ser possível “recuperar” o passado porque ele permanece no ambiente material que nos cerca, é a partir desse espaço que o pensamento o pode reconstruir no presente” (PINTO, 2016, p.52).

A autora ainda salienta que “assumir a condição do Centro Histórico como algo que foi transformado e é vivido deve ser condição primordial para a salvaguarda do patrimônio afastando-se de uma ideia de cidade-museu” (PINTO, 2016, p.54). Aponta que diversos eventos catastróficos na recente história da Humanidade fizeram florescer a salvaguarda de bens culturais. Ela analisa o centro histórico de Guimarães a partir de suas designações toponímicas. As mudanças e permanências são importantes questões levantadas no percurso. Pois estas, segundo a autora mostram “[...] utilização como evidência histórica de fontes primordiais ligadas à história local poderá também possibilitar a utilização de metodologias para uma aprendizagem significativa e ultrapassar a ideia de fragmentação dos temas estudados.” (PINTO, 2016, p.60). Pinto aponta a importância de se trabalhar o objeto em sala de aula, não apenas no museu.

O uso do patrimônio pode ter um importante papel no domínio da Educação Histórica – nas aulas de História, nos projetos, nas visitas de estudo a museus, monumentos e sítios históricos – mas também na sensibilização para a consciência patrimonial e na construção de identidades multifacetadas, pois tudo isto pressupõe a construção de pensamento e consciência históricos, bases para a participação fundamentada e ativa nas comunidades, simultaneamente locais e globais, que caracterizam o presente (PINTO, 2016, p.60).

A autora apresenta contribuições significativas uma vez que compreende, “a produção de materiais educativos para a interpretação do patrimônio pode fazer-se de modo puramente técnico ou fundamentado numa investigação que defina objetivos, desenvolva modelos, os experimente e avalie” (PINTO, 2016, p.61). Seu trabalho serve de influência para a metodologia aqui proposta, seguindo as fundamentações técnicas e experimentais da visitação ao Museu Nacional do Mar.

Outros estudos voltados, a questões locais e regionais analisam questões de ordem patrimonial e arqueológica, Medeiros e Surya (2009), propõem questões que abrangem o patrimônio, a pesquisa arqueológica e a educação patrimonial. Relatam que:

[...] tomar os objetos e expressões do patrimônio cultural como ponto de partida para a atividade pedagógica, observando-os, questionando-os e explorando todos os seus aspectos, que podem ser traduzidos em conceitos e conhecimento (MEDEIROS; SURYA, 2009, p.06)

Este é um dos objetivos aqui propostos, promover a autonomia do professor e por consequente do aluno, assim possibilitando o amplo entendimento das dimensões históricas de seu patrimônio. Os autores fortalecem a ideia que de quando a população de um lugar se sente pertencente a ela e ao seu patrimônio vê a importância da preservação dos bens patrimoniais “O patrimônio cultural pertence à comunidade que produziu os bens culturais que o compõem. Não se pode pensar em proteção de bens culturais senão no interesse da própria comunidade” (MEDEIROS; SURYA, 2009, p.08).

Afirmção esta que fomenta as discussões já apresentadas sobre a ligação entre as questões do patrimônio cultural e de sua associação com a comunidade que a cerca.

Interligadas a essas questões, Souza (2005) reflete sobre as relações entre o público e o privado, no sentido das possibilidades de reconhecimento e identidade ligadas ao acervo da instituição e das ações educativas voltadas aos alunos das escolas que visitam frequentemente o Museu Arqueológico de Sambaqui de Joinville (MASJ). Como a autora descreve, a instituição é responsável pela preservação de sítios, além de promover a manutenção do espaço do museu arqueológico e realizar a conservação de um acervo aproximado em vinte mil peças (SOUZA, 2005 p.03).

A autora chama a atenção para os programas de ações educativas que tem como objetivo abrir espaços para a participação da comunidade para que todos conheçam e se apropriem de seu patrimônio cultural, pois assim, promovem “o alargamento da compreensão do lugar que ocupam na sociedade atual na construção de identidades e memórias, através dos patrimônios que preservam” (SOUZA, 2005, p.05). Só assim a sociedade poderá efetivamente ajudar na preservação do bem patrimonial, uma vez que o processo de entendimento de questões patrimoniais e museológicas requerem que se “fortaleçam os laços entre a sociedade e os bens culturais” (SOUZA, 2005, p.05). Nesta comunicação, percebemos ainda uma herança ultrapassada da forma como hoje é abordada a questão, como já mencionada, com viés mais crítico e problematizador. Nesta escrita percebe-se ainda uma preocupação em associar, dar sentido de pertencimento ao patrimônio, o que se explica neste contexto singular do Museu arqueológico de Sambaqui, de Joinville, já que o mesmo enfrenta inúmeros desafios para manutenção dos Sambaquis presentes no espaço público e urbano da cidade.

Compreendemos aqui, que Souza (2005) em sua escrita apresenta diversos pontos que Tolentino (2016) aponta como sendo falácias da educação patrimonial. Neste caso, entende-se a importância de buscarmos compreender as pesquisas mais recentes realizadas sobre o tema, e compreendermos as mudanças ocorridas no campo da educação patrimonial para que assim, as análises e o desenvolvimento da ação educacional aqui proposta sejam efetivas e de acordo com as questões atuais propostas pelos campos de estudos no qual está inserido.

Neste sentido, Galzerani, (2013) relata a experiência de educar para o patrimônio guardas municipais da cidade de Campinas, SP, onde ela e um grupo de professores coordenaram um projeto que visava a formação cidadã dos guardas: “Cidadania que compreendemos como dimensão ativa, como prática capaz de colocar em ação o enraizamento cultural, a afirmação da identidade singular e, ao mesmo tempo, plural, coletiva dos sujeitos envolvidos” (GALZERANI, 2013, p.95).

Utilizando-se de registros fotográficos, este projeto se estendeu para além dos guardas, impactando seus filhos e uma comunidade da cidade. No texto, a autora apresenta os estudos do meio, como uma das metodologias articuladas como meio de fomentar o conhecimento racional e prazer estético, sensível. Destacamos a importância desse projeto por compreender e corroborar com diversos textos analisados aqui de que o sentimento de pertencimento pode colaborar para a efetiva preservação do patrimônio,

pois assim se compreende o seu valor, já que, como aponta a autora, “ao mesmo tempo, elas eram descendentes de pais ou avós migrantes nordestinos, paranaenses – dentre outros – e, enquanto tais, portadores de experiências culturais díspares” (GALZERANI, 2013, p. 99). Por essa questão, a educação patrimonial entre tantas outras finalidades ajuda na compreensão do eu, e do outro no espaço patrimonial, possibilitando que todos compreendam a importância da preservação do que é ímpar, ou singular a sua percepção de patrimônio. Além de promover a ampliação de espaços de debates para compreendermos o que, e porque alguns espaços, objetos e memórias são elencados como protagonistas neste processo e outros são relegados ao segundo plano nessa preservação, a quem interessa preservar ou não determinado patrimônio e principalmente fazer frente à ampliação da participação de jovens e futuramente adultos na participação de questões referentes ao patrimônio.

No decorrer das pesquisas como mencionado acima, muitos artigos relatavam a experiência de professores em relação ao tema, entre estes destacamos o texto de Juliana Lemes Inácio e Maria Gisele Peres (2013) ambas professoras da rede municipal de ensino de Uberlândia que refletem sobre como é possível tornar o ensino de história mais democrático e como não só trabalhos desenvolvidos na academia podem ser utilizados no ensino de história. No texto, fica evidente a reflexão que as autoras fazem a respeito do ensino de história e das escolhas que são feitas no cotidiano, quais os diálogos estabelecidos e quais as indagações feitas. As autoras apresentam uma pesquisa realizada no âmbito da história social, cujo objetivo era compreender as experiências sociais vividas por trabalhadores na cidade de Uberlândia, em Minas Gerais.

Com a intenção de compreender a dinâmica social vivida por esses sujeitos, as autoras buscam refletir sobre as possibilidades de se aliar o conhecimento acadêmico e o ensino de história, uma vez, que muitos desses trabalhadores eram pais, e conseqüentemente seus filhos se viam representados nesta pesquisa, proporcionando sua reflexão crítica sobre o assunto, mas também inserindo o aluno como sujeito histórico. “Não perdemos de vista a noção de que o ensino de história deve manter relação com as experiências dos alunos, sensibilizando-os quanto à possibilidade de transformar a sua realidade” (INÁCIO; PERES, 2013, p.06).

As indagações a respeito das questões entre a academia e o Ensino de História, e a Educação Patrimonial são também o foco do livro *Ensino de História: desafios contemporâneos*, de Vera Lúcia Maciel Barroso (2010), o primeiro capítulo é dedicado a questão do Ensino de História e da Educação Patrimonial. Nele, a autora busca refletir

sobre os avanços da educação patrimonial enquanto disciplina dentro das Faculdades Porto-Alegrenses- FAPA. A autora aponta que no Brasil a educação patrimonial vem nas últimas décadas ganhando “amplo espaço em diferentes territórios”, uma vez que se tem reconhecido seu valor para os espaços de educação. Ela aborda a trajetória da educação patrimonial no Brasil, apontando o pioneirismo de diversos autores, entre eles a museóloga, com destaque para Maria de Lourdes de Parreiras Horta na produção sobre o tema, bem como nas discussões sobre o mesmo no âmbito da academia e nas formações voltadas a essa temática. Aponta também que um dos pilares para a implementação da Educação Patrimonial é a preservação, citando vários exemplos de ações realizadas com êxito nesse sentido oriundas do Estado do Rio Grande do Sul.

A autora se dedica a analisar a educação patrimonial no ensino superior descrevendo como nas últimas décadas, a partir das mudanças curriculares que ocorreram com intuito de se discutir e levar a compreensão dos graduandos da importância da disciplina no âmbito acadêmico, já que conforme a autora, muitos consideravam esse um campo de atuação da museologia. A autora destaca que é importante que possamos entender que “o reconhecimento do bem como portador de sentido e significado vai mover a ação educativa quer no espaço escolar, quer no não formal” (BARROSO, 2010, 21).

Entendendo esta questão, Machado e Monteiro (2010) escrevem sobre os desafios de educar para o patrimônio elucidando sobre a sua compreensão acerca dos conceitos trabalhados, e continuam refletindo sobre como inserir a educação patrimonial no cotidiano escolar diante de tantos desafios presentes na educação básica, uma vez que, segundo as autoras: “a dificuldade de configurar currículos escolares que considerem a cultura como elemento estruturante ainda é um obstáculo a ser superado” (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p.33). Sabe-se que mesmo que a legislação em vigor permeie estas questões as práticas cotidianas muitas vezes ainda deixam a desejar nesse sentido, muitas vezes o viés cultural de um povo ou lugar é forjado e moldado em detrimento dos demais presentes naquele local.

As autoras refletem sobre esta questão, quando dialogam sobre a patrimonialização de um bem, e entendem que o mesmo é algo político: trata-se de um lugar eleito, em detrimento de outros, como representativo, cujos bens contribuem para formação de identidades sobre determinados lugares ou grupos. Memória, nesse caso, é o elo que permite “conectar o passado e o presente”.

As autoras exploram a documentação oficial sobre a educação patrimonial e contribuem com suas análises entendendo que de sessenta normativas analisadas, dentre elas nacionais e internacionais, apenas vinte e nove abordam a questão da educação patrimonial. Em comum, nelas a educação é vista como fim, não como meio. Ou seja, a educação é vista como resultado, a ponta do processo, apresentação de resultados já consagrados, sem considerar as questões que possam emergir. “Os vestígios culturais são apresentados como resultados prontos, como modelo a ser imitado, garantindo a continuidade dos saberes sem possibilidades de questionamentos” (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p.29). Os museus ainda são as instituições privilegiadas quando se pensa a questão da educação patrimonial, mas não se pode esquecer que: A educação com e para o patrimônio está associada à constituição da cidadania, e como tal, é tarefa pertinente a qualquer espaço educativo, formal ou informal, possibilitando a efetiva apropriação dos bens de valores constitutivos de um grupo social. (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p. 30).

A cidadania é um dos pontos chave no entendimento da entre relação educação e patrimônio nesta publicação, pois a mesma é perpassada por questões de ordem social e política. Nesse contexto, o patrimônio é uma forma de preservação e manutenção de certa memória e a educação, um meio de manutenção desta, onde se rememora aquilo que se vê. Esta forma de entendimento do patrimônio é proveniente de discussões anteriores sobre o mesmo. Hoje, compreende-se que o patrimônio, é um campo de disputas, conflitos e tensões, onde escolhas são feitas por determinadas questões que podem variar de ordem política, social ou mesmo cultural do lugar em questão. Portanto, problematizar questões de ordem social e as escolhas feitas para a composição do patrimônio é de extrema importância.

As autoras compreendem que “a identidade cultural é elemento essencial na construção da cidadania. Isso pressupõe o trabalho com a produção cultural da comunidade, sua diversidade e pluralidade. Nesse sentido, o patrimônio cultural faz parte do processo educativo” (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p. 31). Compreendendo que a educação patrimonial só será efetiva em uma cidade, bairro ou rua se a comunidade ao seu entorno perceber e “responsabilizar-se pelo seu patrimônio de forma concreta”, entendemos que a educação patrimonial se inicia pela consciência de pertencimento à cidade em que se vive. Mas que não somente esta seja uma chave para o entendimento da importância do patrimônio, que os nossos alunos sejam capazes de compreender que para além de suas cidades, todo um conjunto singular de patrimônios faz parte de um conjunto

maior de patrimônios, que mesmo que não o seja familiar deve ser preservado por sua importância e singularidade para o outrem.

As autoras propõem, ainda, trabalhar a cidade como um texto a ser lido, onde cada camada desperta e evoca uma temporalidade diferente, possibilitando aos alunos a compreensão das mudanças ocorridas nela, e de como eles fazem parte deste processo. Dessa forma valoriza-se “os ruídos, cheiros, os gestos, as vozes dos seus usuários, com comportamentos que se estabelecem e marcam sua existência e lhes dão um caráter único, ou seja, configuram a identidade própria dos moradores” (MACHADO; MONTEIRO, 2010, p.37).

2.2 O MUSEU E O PATRIMÔNIO CULTURAL

A comunicação entre o patrimônio, o ensino de história e o sentimento de pertencimento do patrimônio apontado no subcapítulo anterior, poderá ser estabelecida entre os processos educativos construídos no que Dutra e Nascimento denominam como “entre lugar”, o Museu e a Escola (DUTRA E NASCIMENTO, p, 127). As autoras entendem que o museu e a escola produzem saberes diferentes, um da cultura escolar e o outro da cultura museal, mas que constituem um espaço híbrido de aprendizagem quando articulados. Assim, estes espaços se tornam dispositivos para a construção de novas práticas de cidadania por meio da promoção do acesso aos bens culturais e patrimoniais. Este acesso, que não deve ser entendido como fórmula única para o reconhecimento do patrimônio, como já mencionado, o acesso ao patrimônio, por si não educa para o patrimônio, é necessário pensar, problematizar e analisar as questões inerentes ao acervo e lugar onde se encontram, por exemplo.

Tal análise se justifica e se assenta na reformulação pela qual passam os museus no que diz respeito às suas práticas educativas, onde se busca através de programas educativos manterem e fortalecerem as afinidades entre museus e escolas. As ações educativas dos museus provocam uma mudança nas configurações espaciais dos museus, uma atenção a questões sensoriais e motoras aproximando o aluno do espaço é apenas um exemplo que podemos citar destas transformações. Para as autoras:

A visita cria possibilidades de deslocamentos capazes de subverter a rotina da escola e suas estruturas rígidas. Ela permite uma brecha na forma dominante da estruturação do conhecimento escolar e dos sistemas formais de educação” (DUTRA; NASCIMENTO, 2016, p.133).

As autoras contribuem significativamente para o entendimento do processo híbrido de aprendizagem quando destacam que, “os imperativos do sistema educativo que avaliam e classificam podem ser suavizados pela oportunidade de aprender pelo prazer e pela sensibilidade no museu” (IDEM).

Assim, entender as mudanças espaciais, organizacionais e sensitivas dos museus, nos possibilita perceber que o entre lugar, termo usado pelas autoras mas proposto por Silviano Santiago, encontra uma área significativa a ser explorada e estudada.

É perceptível para professores e alunos, que os museus nos últimos anos vêm reformulando sua forma de interação. De gélidos, e apenas expositores de objetos, os museus, cada vez mais, vêm transformando sua forma de se apresentar e relacionar com o seu público, principalmente, quando se trata de crianças e jovens. Esta transformação é observada e analisada por Pinheiro (2017):

Indiscutivelmente há uma transformação de qualidade no conceito de museu. Aquela instituição distante, aristocrática, obcecada em apropriar-se dos objetos para fins taxonômicos tem cada vez mais dado lugar a uma instituição aberta sobre o meio, consciente da sua relação orgânica com o seu próprio contexto social (PINHEIRO, 2017, p. 24).

Dessa forma, professores que propõem aos seus alunos as ações educativas nos museus, podem estimulá-los a participar de ações didáticas desenvolvidas durante ou após a aplicabilidade mostrando aos mesmos a superação desta ideia de museu distante da realidade e do toque.

Como supramencionado, os museus hoje procuram promover a aproximação dos alunos com seu acervo, seja em experiências de contato direto, seja explorando-as após as visitas, tais iniciativas, despertam nos alunos o interesse na participação efetiva. Como contribui Pinheiro (2017):

Atualmente, é inegável a função social que exercem os museus, sobretudo se os entendermos como espaços de sociabilidade, fórum de debates, de trocas de saberes, experiências, práticas e afirmação de identidades; como espaços praticados por produtores de cultura e conhecimentos; como lugares educativos que se constituem e que fortalecem as memórias individuais e coletivas – a memória social (PINHEIRO, 2017, p. 21).

O fortalecimento de memórias individuais e coletivas apontadas pela autora é perceptível no museu, uma vez que a cidade de São Francisco do Sul, desperta nos alunos

a percepção da identificação pela diferença de tal modo que os locais ativam suas memórias tanto individuais quanto coletivas, e nos permite compreender que essa troca de saberes e reconhecimento de suas identidades auxiliam na aprendizagem efetiva do conteúdo histórico ali exposto e previamente abordado em sala de aula.

Nós professores, quando elencamos os museus que devem constar em nosso roteiro, sempre buscamos entender e conhecer o acervo que este possui, uma vez que o acervo do museu determinará a abordagem que será dada ao mesmo durante a visita, complementando assim, as aulas desenvolvidas anteriormente sobre o tema. Desta forma, o acervo do museu se torna um dos temas de estudos elencados pelos professores, nas suas aulas de história. Conforme aborda Gonçalves:

Abordar educativamente o acervo que conforma o patrimônio cultural envolve promover reflexões críticas sobre as memórias socialmente produzidas e sobre as representações construídas pelos diferentes grupos que, em uma dada sociedade, estão em relação, sem esquecer os processos sociais de construção de valor e das disputas presentes no tecido social (GONÇALVES, 2017, p. 38).

E a partir destas análises elencadas pela autora, possibilitar que o aluno através de sua reflexão entenda a importância do patrimônio histórico, fomentando assim, seu entendimento sobre o conteúdo, mas principalmente, o colocando como sujeito de sua história, e do local em que vive, possibilitando a ampliação de seu olhar para o futuro, e que este deva ser construído a partir de reflexões críticas produzidas socialmente sobre as representações estabelecidas acerca do patrimônio histórico em uma dada sociedade, que são constituídos de acordo com valores e disputas que são agenciadas em seus acervos e exposições, assim refletir sobre o patrimônio cultural requer compreender esses processos sociais e suas construções.

Conforme nos apresenta o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN na página da superintendência de Santa Catarina⁴, o estado possibilita que pensemos, enquanto professores, numa vasta gama de roteiros e temas a serem elaborados nesta perspectiva, uma vez que;

A cultura catarinense é repleta de influências trazidas pelos imigrantes que se instalaram em diferentes regiões do Estado, a partir do século XIX. Em decorrência da imigração, é grande diversidade da arquitetura nos bens tombados pelo Iphan, como a estrutura enxaimel (madeira e tijolos aparentes) trazida pelos alemães que se instalaram na região, além da herança da

⁴ Site do IPHAN, superintendência de Santa Catarina <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/341>. Acesso em 23/10/2018

colonização italiana, açoriana, polonesa, ucraniana e austríaca. A Superintendência desenvolve ações de proteção dos conjuntos urbanos protegidos em Itainópolis, Laguna e São Francisco do Sul, e em vários municípios onde o tombamento federal abrange, isoladamente, edificações urbanas e rurais, igrejas e outros imóveis. (IPHAN, 2014, s/p).

Pela variedade cultural, linguística, arquitetônica, histórica, Santa Catarina nessa perspectiva patrimonial, possibilita que tanto a educação patrimonial quanto as visitas à museus sejam norteadores importantes para a manutenção e conservação destes espaços.

O museu aqui é problematizado no sentido de compreendermos que o mesmo não estabelece um fim em si, com as suas ações; pelo contrário, os professores devem problematizar as rupturas e permanências apresentadas pelo espaço e procurar assim, estabelecer laços mais amplos de conexão com os objetos observados com a realidade e compreensão de seu aluno sobre o mesmo.

No Museu Nacional do Mar, com a ajuda da metodologia aqui proposta, espera-se que o professor possa realizar estas conexões, entre o museu e a problematização do acervo e mesmo do prédio histórico do museu para aguçar a percepção dos alunos e realizar assim, a educação patrimonial que se espera.

O museu é entendido assim, como "um espaço capaz de fazer pensar e agir acerca da rede dinâmica de interações sócio temporais". E ainda é preciso compreender que "o que liga o museu à sociedade é uma das questões mais significativas nesse processo educativo" (PEREIRA; CARVALHO, 2010, p.393). Mas não podemos nos esquecer que: "o museu não é capaz de fazer reverberar toda a complexidade da dinâmica histórica e cultural" (PEREIRA; CARVALHO, 2010, p.394). Por isso, é essencial que possamos compreender, mais uma vez, os silenciamentos que se fazem sobre a memória, sobre os museus.

No Museu Nacional do Mar, dentre as 15 salas temáticas será possível observar pelos professores e alunos que escolham foram feitas, perguntas podem ser levantadas: qual o objetivo da criação de um museu do mar? Quem o criou? Por que neste lugar? Quais barcos estão expostos? Quem os selecionou? Que lugares do país estão representados? E porque estes objetos, e não outros? Já que estamos num país com extenso litoral e milhares de quilômetros navegáveis em rios.

Os mesmos autores ainda corroboram quando salientam que:

A criação de roteiros específicos que dialoguem com as demandas da escola ou a proposição de rotas singularizadas para a análise de um tema pode permitir superar pressupostos de uma ação educativa que pretendesse esgotar numa

única visita, convidando todos os sujeitos ao exercício do protagonismo no processo da visita (PEREIRA; CARVALHO, 2010, p. 395).

A ideia de roteiros específicos dialoga com questões aqui apontadas e com a proposta apresentada da metodologia de ensino, que problematize, discuta e reflita, a concepção, programação e efetivação das visitas aos museus na educação básica. Nela também tenho como base o museu, pois como destacam as autoras “O museu é lugar de ultrapassagens, em que emergem relações dinâmicas e intrincadas entre os sujeitos na experiência de aprender e sentir os enovelamentos dos tempos” (PEREIRA; CARVALHO, 2010, p.395).

Entendendo o museu como esse entre lugar, que deve ser palco de problematizações e análises significativas do seu acervo e das suas representações, partimos para o entendimento das abordagens dadas ao conceito de patrimônio cultural, e como o mesmo contribui para as reflexões propostas na metodologia apresentada a seguir.

Com essa mesma premissa, o artigo de Miranda (2010), a autora aponta que é necessário educar para que a criança compreenda que o tempo significa mudança. Assim, como ao professor é necessário o entendimento que a família, deveria ser compreendida como “o espaço primário de construção de subjetividades”, subjetividades estas que podem ser abordadas, na visita ao museu, por exemplo. O autor cita a visita realizada por um grupo de alunos, que durante a mesma eram interrogados sobre o que compreendiam sobre o tempo dos objetos ali expostos. As respostas variavam e as crianças usavam de vários elementos escolarizados ou não para elaborar suas respostas quando indagadas sobre o tempo dos objetos, invocavam desde conhecimentos escolares, até o conhecimento informal de sua família para dar base a sua explicação.

Segundo Miranda (2010), museus são lugares inventados na modernidade, dedicados a custodiar objetos memoráveis a partir do qual se criam discursos de memórias a serem apreendidos. Segue ainda afirmando:

Portanto, a linguagem museógrafa não é neutra e o discurso dela derivado é também um discurso produtor de memórias e sentidos identitários, que se articulam àqueles já constituídos na criança e que são derivados dos processos educativos externos à escola. (MIRANDA, 2010, p.375).

Processos estes, que no caso desse trabalho metodológico foram pensados e desenvolvidos a partir de memórias e sentidos pouco relacionados ao mar e seu conjunto de objetos materiais, bem como ao espaço socialmente produzido por ele, e ao tempo proveniente deste.

Sendo assim, compreendemos que o tempo do museu e o tempo da escola, são tempos distintos, mas que devem fazer parte do mesmo tempo no tange ao Ensino de História, para proporcionar aos alunos, assim, a possibilidade de refazer os caminhos que o levaram até onde estão hoje, e compreenderem significativamente o tempo ao qual pertencem.

O tempo como categoria de análise também está presente nas discussões de Findlay e Guedes (2005) que refletem a respeito de um grupo de estudos de História Regional da Universidade da Região de Joinville (UNIVILLE), é o primeiro trabalho que destaca a questão do intangível, numa perspectiva regional como patrimônio. Versa sobre a questão das heranças culturais dos povos que se instalaram nas cidades analisadas, ambas de origem açoriana. Trazendo suas tradições como boi-de-mamão, pau-de-fitas, brincadeiras, malhação do Judas e farra do boi, etc. O texto aponta que por suas condições os municípios da região não contam com patrimônio de pedra e cal, que fica a cargo da cidade de São Francisco do Sul, gerir este patrimônio que o que lhes resta é o patrimônio imaterial ou intangível. Descreve que deve ser do interesse dos estudiosos perceberem os diferentes sentimentos e olhares que buscam a preservação da memória social. Concluem relatando que para a população patrimônio material é importante, o patrimônio imaterial é visto como elemento de identificação (FINDLAY; GUEDES, 2005).

A identificação como já apresentada anteriormente com certeza é um elemento muito importante, mas não esqueçamos que para que haja uma identificação, necessariamente existirá uma diferença que também deverá ser abordada, questionada e problematiza. Para a compreensão da importância dos conceitos e experiências apresentadas até aqui, para colaborar ainda mais com essa questão o texto de Sandra

É perceptível que a história de um lugar como já analisado pode sofrer a interferência e a “adequação” da mesma de acordo com as pretensões de quem a está escrevendo, ou da forma como ela é colocada em exposição. Assim, precisamos entender que a análise da Cultura Material das sociedades se faz pertinente.

O acervo do Museu Nacional do Mar, foco deste trabalho, é composto por obras produzidas especialmente para o mesmo, em escala reduzida, bem como contém peças de tamanho natural, muitas delas já utilizadas e doadas ao museu como forma de preservação. A seguir, vamos buscar a compreensão da importância do estudo e da preservação dos bens materiais para a salvaguarda da história, seja ela dos grandes navegadores do século XV, ou dos pequenos pescadores da região da baía da Babitonga. Acervo este, que está inserido no campo do estudo da Cultura Material, assim, a

compreensão da importância da cultura material, e seu uso para a história até hoje é debatido e as discussões mais aprofundadas acerca do uso da cultura material para a compreensão do modo de vida, seja ela em tribos, grupos, ou sociedades modernas.

3. O MUSEU DO MAR, SEU ACERVO E A CULTURA MATERIAL

Como já mencionado no decorrer do texto, a constituição do acervo do Museu Nacional do Mar se dá⁵ por diversos meios, uma vez que, artistas que trabalham no próprio museu ainda constroem réplicas de diversos modelos de embarcações. Em seu acervo exposto é possível observar diferentes objetos da cultura material, originais ou réplicas que retratam o cotidiano da vida ligada a navegação, com enfoque no mar, mas também relacionado a navegação dos rios, já que o Brasil possui uma extensa rede fluvial.

Além disso, o próprio local onde o museu está estabelecido é passível de análise da constituição deste acervo uma vez que os prédios que abrigam o Museu também constituem o patrimônio material da cidade já que se encontram localizados no centro histórico da cidade de São Francisco do Sul, tombado pelo IPHAN em 1987⁶.

Os estudos ligados à cultura material permeiam vários campos das ciências sociais e humanas especialmente os da antropologia e arqueologia, que procuram compreender os objetos da cultura material utilizando-se de suas próprias metodologias. A história, enquanto disciplina, por muito tempo, esteve distante de se apropriar das leituras e análises que poderiam decorrer da cultura material. Segundo Marcelo Rede:

Em geral, os historiadores desprezaram ou falharam em considerar adequadamente as articulações entre a vida social e a materialidade, e, apesar de sua grande diversidade, raramente as teorias acerca da experiência histórica reconheceram a importância da dimensão material da existência humana. (REDE, 2012, p.133).

Ele ainda acrescenta que os historiadores sempre tiveram uma preferência pelo uso de documentos escritos sejam eles: oficiais, cartas ou relatos diários, uma materialidade diferente da apresentada por copos, espelhos, vitrais, malas, jarros e afins. Rede, expõe que: Os problemas situam-se, assim, tanto no nível ontológico da consideração sobre a natureza das sociedades, como no nível epistemológico das condições de construção de um saber histórico sobre elas. (REDE, 2012, p. 133)

⁵ Compreendemos aqui que a formação do acervo do museu sofre alterações, bem como acréscimos e retiradas de acordo com questões de manutenção do lugar e exposições itinerante.

⁶ O patrimônio urbanístico e arquitetônico do centro histórico de São Francisco do Sul possui cerca de 400 imóveis tombados pelo Iphan, em 1987. Esta área abrange o núcleo original da cidade, a cumeada de elevações que o envolvem e a orla marítima. Antigos casarios em estilo colonial, sambaquis, antigas igrejas, cerca de 150 casas e monumentos compõem o patrimônio tombado. No conjunto urbano estão os centros cívico e religioso e, no seu entorno, funcionam o comércio e a prestação de serviços. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/398/>. Acessado em: 25/10/2018.

Compreender as razões pelas quais ainda hoje exista dificuldade por parte dos historiadores de se utilizarem de objetos da cultura material em suas análises, requer que possamos entender que estes, com as mudanças ocorridas nos últimos séculos, adquirem conotações cada vez mais amplas e complexas. Na contemporaneidade, essas mudanças cada vez mais frequentes provém de uma intensa transformação ocorrida, não só nos meios de produção, mas, sobretudo, na relação com o consumo.

A consolidação de uma sociedade de consumo de massas, após a Segunda Guerra Mundial, já incitava os estudiosos a considerarem, na análise social, o universo das coisas materiais, particularmente em sua forma de mercadorias. Agora, a preocupação com os sentidos simbólicos do consumo é que se apresentava, até certo ponto, como novidade. Outra mudança foi o deslocamento de foco do processo produtivo e da circulação – até então, no centro das atenções da economia e da sociologia, tanto clássica como marxista – para o consumo, entendido não somente como ato final da cadeia produtiva, voltado a suprir necessidades, mas também o momento de recepção de mensagem e expressão de valores em um sistema de comunicação. (REDE, 2012, p.139).

Mais do que a coisa, o troço em si, agora os historiadores deveriam se ocupar em compreender as relações estabelecidas entre os mesmos e sua mensagem. O consumo e não mais a produção, segundo Rede (2012), passou a ser a principal problemática a ser encarada no uso da cultura material como documento de análise de determinadas situações. Isso deve ser encarado como um novo desafio a historiadores, pois, “a interação entre sociedade e materialidade tem mão dupla, e o conjunto de representações e práticas que constituem a ação social não é concebível sem sua dimensão física. Também não é concebível sem sua dimensão temporal” (REDE, 2012, p.147). Assim, observa-se que as mudanças têm em si, as marcas de seu tempo. A temporalidade do objeto, sem dúvida não pode deixar de ser caracterizada para que possamos compreender suas implicações e inquietações que o mesmo possa causar e assim, contribuir nas análises historiográficas atuais.

Além de sua temporalidade, é necessário que possamos compreender sua condição cultural. A materialidade do objeto não significa que o mesmo não possua sentido ou valor cultural:

Bastaria dizer que não existem sentidos, valores ou mensagens culturais que sejam completamente internalizados na consciência (individual ou coletiva), que sejam criados em uma matriz que dispense a materialidade ou que sejam vetorizados apenas por circuitos operacionais imateriais. A cultura material é, por excelência, matriz e mediadora de relações. (REDE, 1996, p. 273)

Mediar relações com a sua temporalidade e sua dimensão cultural sem dúvida é, hoje, um dos principais motes da cultura material e que podem contribuir significativamente para os estudos historiográficos atuais embora Rede teça uma crítica a essa possibilidade:

Por fim, é preciso dizer que, se a História - enquanto disciplina privilegiada para o estudo da mudança social - pode contribuir significativamente para o enquadramento da cultura material na experiência humana, por outro lado, não parece estar especialmente habilitada a fornecer instrumentos para operar sua manipulação documental. (REDE, 1996, p. 282)

Por compreendermos que os alunos são os agentes protagonistas de sua história e assim, conseqüentemente, serão aqueles que escreverão e sobre a mesma, entendemos que deva acontecer a partir deles o entendimento do processo de constituição da importância da experiência humana relacionada a cultura material. Este trabalho contribui assim, para a inserção destes alunos nesse campo de estudos e discussões.

Interessado em saber como as coisas fazem as pessoas, Daniel Miller (2013) nos indaga sobre uma das questões da cultura material, a da funcionalidade das coisas. Ele questiona as simplificações estabelecidas em se tentar compreender um objeto apenas pela sua função. Ainda argumenta que em um de seus estudos, observou que o grupo analisado empregava onze diferentes tipos de recipientes para a mesma função. Assim, não sendo possível compreendermos, segundo o mesmo, algo apenas pela funcionalidade que é lhe posto, uma vez que afirma que vários artefatos observados não apresentavam uma funcionalidade, eram muito mal adaptados para as funções desejadas. “Em resumo, a razão pela qual cinquenta potes diversos são produzidos reflete a complexidade e a elaboração de distinções rituais e sociais simbólicas.” (MILLER, 2013, p.75).

O autor ainda argumenta que os objetos, ou troços como eles os denomina não podem ser analisados a partir de sua individualidade, pelo contrário, “objetos materiais são um cenário. Eles nos conscientizam do que é apropriado e inapropriado” (MILLER, 2013, p.78). Sendo assim, devemos compreender os troços em sua coletividade, é desse modo que podemos entender as formas, funções e especificidades de cada um, não nos limitando a olharmos os mesmos, e apenas reproduzimos uma descrição tácita. Dessa forma, ao analisarmos os dioramas expostos no Museu Nacional do Mar e bem como, suas salas temáticas devemos ter em mente que estes constituem formas e funções que devemos criticamente abordar.

Miller (2013) aponta que os troços têm uma importância significativa em nosso entendimento de pertencentes a uma sociedade, dessa forma explica a questão de como as

coisas fazem as pessoas. Apresenta uma importante reflexão quando aborda os troços a partir de sua coletividade. Como antropólogo, o autor aponta Lévi-Strauss e sua imensurável contribuição para a disciplina, e entende que o estruturalismo foi essencial para entendermos a cultura material a partir da relação das coisas, e não das coisas em si. Ressalta que olhar os objetos isolados de seu contexto seria um erro nas análises de sua capacidade como já mencionado, e nos provoca a pensar a passividade dos troços em relação com as pessoas.

Quanto menos tivermos consciência deles, mais conseguem determinar nossas expectativas, estabelecendo o cenário e assegurando o comportamento apropriado, sem se submeter a questionamentos. Eles determinam o que ocorre à medida que estamos inconscientes da capacidade que têm de fazê-lo (MILLER, 2013, p. 78).

Nossa inconsciência e relação aos troços segundo ao autor dão a ele a capacidade de alguma forma de controlar nossa forma de interação e entendimento do cenário a que somos expostos. Assim, os troços são capazes de se fazerem passar despercebidos, mas carregam consigo uma capacidade ampla no que diz respeito a nossa competência de entendermos as apropriações que os mesmos nos fazem ter, do mundo e nós mesmos. “Coisas, veja bem, não são coisas individuais, mas todo o sistema de coisas, com sua ordem interna, fazem de nós as pessoas que somos” (MILLER, 2013, p. 83). Dessa forma, quando formos analisar com os alunos o acervo do Museu Nacional do Mar, devemos atentar para questões relacionadas a coletividade dos usos de cada artefato e de suas especificidades.

Essa questão corrobora com as reflexões de José Newton Meneses (2017), visto que o mesmo contribui em seu texto com a ideia de que, "os fatos do homem social incorporam indivisivelmente seus artefatos" (MENESES, 2017, p.9). Compreendemos assim, que a história, bem como as demais disciplinas que se ocupam a estudar a cultura material, tais como a antropologia, arqueologia e a sociologia, precisam “em exercício de contraponto é necessário humanizar o artefato. “Pois esta forma de humanizar o artefato possibilita que compreendemos que: O conjunto de objetos de uma vivência, a chamada “cultura material”, é mais que o trabalho do homem, o seu produto, o consumo do homem, a técnica e a tecnologia que ele cria, o saber que ele inventa, o progresso da sociedade humana, a simbologia ou a filosofia do homem. O objeto é o homem; é a extensão do seu gesto. É o próprio gesto (MENESES, 2017, p. 10).

Critica a historiografia que se utiliza da análise da cultura material apenas como “reflexos da construção social” e então, segundo Meneses (2017, p.11), “assim, os artefatos, os objetos, as materialidades são vistos como produtos, como consumos, como instrumentos técnicos do homem em sociedade, quando deveriam ser analisados como documentos do viver, das experiências de vida” como é possível ser feito nas mais diversas salas do Museu do mar, uma vez que, colocadas em posição cênica de uso, o objeto dá ao aluno a primeira noção de sua utilidade, sendo possível a partir daí a problematização dessa questão. Por fim, Meneses (2017, p.11) contribui, afirmando que “os objetos, afinal, são parte do conjunto complexo e dinâmico do viver”.

Essa fluidez faz com que hoje percamos o apreço direto com as coisas, pois estas se tornaram descartáveis. Para que possamos compreender o real valor da cultura material para o estudo de um tema como o aqui abordado “o trabalho”, precisamos enquanto professores entender a importância destes artefatos para a compreensão de um determinado tempo, ou povo.

O historiador José D’Assunção Barros (2004) corrobora com essa questão quando pensa o material, como objeto polissêmico, onde seu significado pode variar de acordo com a forma e a situação na qual é empregado. Os objetos cotidianos que permeiam as análises a seguir aqui descritas precisam ser analisados de acordo com as escolhas feitas para este na exposição do museu. O autor ainda chama atenção que há um caminho a se percorrer para que a história compreenda os objetos em sua polissemia. Destaca que arqueologia e história devem caminhar juntas nessa questão. Chama atenção ainda que alguns objetos, numa visão marxista proveniente da história econômica, deverão ser analisados como objetos de consumo, atribuindo assim outro significado ao seu uso e exposição.

Contudo, este campo deve examinar não o objeto material tomado em si mesmo, mas sim os seus usos, as suas apropriações sociais, as técnicas envolvidas na sua manipulação, a sua importância econômica e a sua necessidade social e cultural. (BARROS, 2004 p. 30)

Pensar essa necessidade sócio-cultural do objeto também nos faz questionar a durabilidade do mesmo para seu uso no cotidiano, essas questões podem ser observadas no acervo do Museu do mar quando encontramos objetos originais e já utilizados, questionando seu tempo de uso e exposição, esta questão é discutida por Ulpiano T. Bezerra de Meneses (1998), que destaca:

Basta lembrar que a simples durabilidade do artefato, que em princípio costuma ultrapassar a vida de seus produtores e usuários originais, já o torna apto a expressar o passado de forma profunda e sensorialmente convincente.” (MENESES, 1998, p. 90)

Essa durabilidade do artefato analisada por Barros nos permite compreender que o acervo do museu deve ser colocado em diálogo com as situações cotidianas na qual ele esteve inserido, e da mesma forma buscar entender as relações estabelecidas entre objetos e sujeitos relações estas, que neste caso podem ser analisadas a partir das exposições do Museu que inserem em seu acervo a presença humana evidenciando assim, sua relação e uso, pois “... atributos são historicamente selecionadas e mobilizados pelas sociedades e grupos nas operações de produção, circulação e consumo de sentido. Por isso, seria vão buscar nos objetos o sentido dos objetos. (MENESES, 1998, p. 91) Dessa forma, se torna imprescindível analisar o contexto geral de produção, uso e exposição do objeto.

Vivemos um momento histórico em que os objetos são utilizados como “veículos de qualificação social”, segundo Meneses, essa qualificação se dá pelos usos e pela posse dos objetos. Pois dependendo da posição social do indivíduo em sociedade ele é introduzido numa escala social de maior ou menor valor.

...acredito, que os artefatos estão permanentemente sujeitos a transformações de toda espécie, em articular de morfologia, função e sentido, isolada, alternada ou cumulativamente. Isto é, os objetos matérias têm uma trajetória, uma biografia. (MENESES, 1998, p.92)

Essa biografia dos objetos pode ser observada nos museus quando encontramos descrições, mesmo que sucintas, sobre sua origem e sua história. Esta também deve fazer parte do processo de compreensão das escolhas realizadas para a museografia ali apresentada. No trabalho será possível observar que alguns lugares e objetos expostos foram privilegiados, em detrimento de outros, escolhas que elencam trajetórias e atribuem função ao acervo do Museu do mar.

Outro fator destaque para Meneses na compreensão dos objetos, que se inseri neste trabalho, é a noção de tempo atrelado a ideia de funcionalidade do objeto. Pois como corrobora o autor:

Ao inverso, os objetos funcionais se esgotam no presente, comprometendo qualquer índice de plenitude e sem passado. Existem apenas no indicativo e no imperativo prático. Eis por que o discurso do tempo constitui fator relevante de qualificação do objeto histórico... (MENESES, 1998, p. 94)

Entender o tempo de fabricação, uso e as escolhas de exposição do mesmo, nos permitem como afirma Barros, qualificar o objeto histórico exposto questionando seu esgotamento ou transformação de uso. Mas ele corrobora afirmando que: “Toda operação com documentos, portanto, é de natureza retórica” (MENESES, p. 95), pois, o historiador ao analisar o objeto/artefato irá a partir dele interpretar as ações temporais e usuais do mesmo.

O autor ainda chama atenção para um cuidado que os historiadores devem ter ao analisar o artefato material:

“Com efeito o artefato neutro, asséptico, é ilusão, pelas múltiplas malhas de mediações internas e externas que o envolvem, no museu, desde os processos, sistemas e motivos de seleção (na coleta, nas diversificadas utilizações), passando pelas classificações, arranjos, combinações que tecem a exposição, até o caldo de cultura, as expectativas e valores dos visitantes e os referenciais dos meios de comunicação de massa, a *doxa* e os critérios epistemológicos na moda, sem esquecer aqueles das instituições que atuam na área, etc.etc.” (MENESES, 1998, p. 98)

A cultura material dos homens ligados ao mar no período abordado pelo Museu do Mar, e no enfoque adotado, das “embarcações tradicionais”, muito se diferencia em tecnologia e necessidade daqueles que vivem em terra firme. Nas imagens abaixo, é possível perceber que a materialidade do pescador e de seus familiares perpassa as questões diretamente ligadas ao seu cotidiano em alto mar.

Observamos nas imagens que os objetos em sua maioria são de fabricação própria, cestos, redes de pesca, são artigos de primeira necessidade que em sua maioria são confeccionados a partir de um saber passado de pai para filho.

IMAGEM 1



Diorama representando o rancho dos pescadores artesanais. Fauna praiana, objetos da cultura material e imaterial. Foto: a autora, ano 2016.

IMAGEM 2



Diorama representando trapiche de pescadores de Laguna-SC. Foto: a autora, ano 2018

No rancho dos pescadores, imagem 1, observamos que, segundo as escolhas feitas para exposição, os objetos necessários para o bom empreendimento da pesca variavam de acordo com o tipo de pescado a ser capturado, e igualmente percebemos que o próprio rancho é construído pelos pescadores para atender suas necessidades, o que nos leva a entender que a relação de ser pescador é muito maior que saber pescar, é saber fazer, manter e modificar os artefatos materiais para que eles possam lhe servir. Assim, entende-se que o modelo artesanal de pesca, hoje em muito substituído pela pesca industrial, é privilegiado nos espaços do museu, questão essa que pode ser abordada durante a visita e problematizada, observasse essa questão nas datações dos objetos expostos, e nas transformações que podem ser observadas.

IMAGEM 3



Exposição e descrição do processo de confecção dos cestos de vime, utilizados de diversas formas no cotidiano dos pescadores. Foto: A autora, ano 2018.

Percebemos então, que a cultura material aqui, é entrelaçada, assim como das demais sociedades, com a sobrevivência do homem, em contraposição ao consumo de nossa cultura material contemporânea. Na imagem 3, percebemos que os cestos de vime expostos evidenciam mais uma atividade realizada pelos pescadores, a produção de seus próprios objetos de uso cotidiano, o que nos leva ao destaque dessa parte do acervo que tem como função auxiliar o pescador e sua mulher nas atividades diárias.

Conforme já nos foi apresentado por Miller, os objetos devem ser entendidos como parte de um cenário⁷, assim como nos são representadas nestes dois dioramas acima, assim compreendidas suas finalidades e seu tempo, nos ajudam a entender as relações estabelecidas com os mesmos, proporcionando, que o aluno quando os observar no museu consiga compreendê-lo e então efetive sua apreensão do acervo como algo vivo, presente em seu tempo e com significado, onde escolhas são feitas, a partir de sua museografia, essa questão pode ser observada nos próprios dioramas. Podemos nos indagar: quais as representações escolhidas? E porque estas?

Quando durante a visita ao museu observamos o diorama em tamanho natural da caça às baleias este choca os alunos, pois eles se surpreendem em perceber que o pequeno barco de pescadores diante da gigantesca baleia, consegue com seu arpão atingir, e levar a baleia até a praia.

⁷ Cenário aqui entendido como forma de contextualizar o objeto.

IMAGEM 4



Diorama representando as armações baleeiras no Museu Nacional do Mar. Fonte: Acervo da autora, 2018.

O arpão torna-se o objeto de análise e indagação dos alunos acostumados com toda tecnologia e a proibição da caça às baleias, eles se questionam como um empreendimento deste, fora possível por décadas. Além de serem abordadas no guia, aspectos da vida cotidiana e do trabalho dos homens que viviam nas armações baleeiras.

O Museu Nacional do Mar tem uma característica marcante que é a inserção de bonecos/personagens em tamanho real em alguns de seus espaços. É o caso de Sebastiana.

Mulher, mãe, rendeira e rezadeira, Sebastiana dá vida ao acervo exposto em sua mesa. A renda de bilro, a vela, o terço, as imagens dos santos são objetos da sua cultura material. Esta representação, conforme Menezes ajuda a humanizar o artefato, e as relações com ele estabelecidas. E nos permitem também indagar aos alunos, por exemplo, se apenas estes seriam os afazeres de Sebastiana, e de quê outras formas ela contribuía com o trabalho estando em terra firme.

Uma renda de bilro sem Sebastiana é apenas um objeto no museu pertencente ao seu acervo, com a personagem, ele se enche de significado e de possibilidades de interpretação de sua importância, como mencionado acima, Sebastiana, mulher, também tem sua função nas relações de trabalho, vida e cultura material dos pescadores, assim sua inserção nos ajuda a empreender indagações sobre estas questões. Uma renda de bilro sem Sebastiana é apenas um objeto no museu pertencente ao seu acervo, com a personagem, ele se enche de significado e de possibilidades de interpretação de sua importância, como mencionado acima, Sebastiana, mulher, também tem sua função nas relações de trabalho, vida e cultura material dos pescadores, assim sua inserção nos ajuda a empreender indagações sobre estas questões.

IMAGEM 5



Boneca em tamanho real que representa Sebastiana, sua fé e trabalho na renda de bilro. Foto: a autora, ano 2018.

Desta forma, estes e outros tantos objetos da cultura material pertencentes ao acervo do museu nos permitem explorar as relações da vida material, seu tempo e finalidade, através de seus cenários e suas relações com o ser humano.

Na metodologia, serão elencadas algumas salas e objetos que serão analisados levando em conta suas potencialidades, bem como, estas foram selecionadas tendo em vista o tema geral deste guia, o trabalho, que será abordado no capítulo seguinte.

4. AS RELAÇÕES DE TRABALHO: SUAS ANÁLISES E POSSIBILIDADES A PARTIR DO ACERVO DO MUSEU NACIONAL DO MAR

Para compreendermos de maneira efetiva a importância e a amplitude do produto didático proposto, procurou-se estabelecer um tema base para a compreensão de suas potencialidades. A História do Trabalho foi escolhida como uma área que possibilita o desenvolvimento do produto de maneira a explorar o acervo do Museu Nacional do Mar.

As mudanças que ocorreram na percepção da abrangência da Nova História do Trabalho possibilitaram que pudéssemos compreender questões mais abrangentes nas relações estabelecidas pelo trabalho, em suas mais variadas formas e nos diferentes espaços de tempo, e sociedades.

As formas de trabalho no Brasil apresentam um campo amplo de discussões e produção historiográfica, onde diversos autores buscam hoje compreender questões relacionadas ao seu desenvolvimento, e principalmente problematizar suas mudanças e/ou transições, como no caso da abolição da escravidão e suas repercussões, ou do desenvolvimento do trabalho assalariado no Brasil. Neste contexto, trabalhadores urbanos de diversos setores, assalariados ou não, marítimos, camponeses e indígenas são apenas alguns dos grupos de trabalhadores brasileiros que ganham visibilidade nos últimos anos na produção historiográfica sobre a história do trabalho.

Como veremos adiante, as investigações sobre o fim da escravidão sobre as transformações e a abolição da escravidão no séc. XIX, já trazem hoje abordagens provenientes dessa nova forma de se racionalizar a história do trabalho

Considerar as diversidades da sociedade brasileira é sem dúvida o primeiro passo para se compreender as multiplicidades que se apresentam nas questões referentes ao trabalho no Brasil. De norte a sul, e em cada região do Brasil, as influências culturais, sociais e econômicas, além das climáticas e de solo servem de condicionantes para as relações de trabalho. Em Santa Catarina, essas análises revelam que a imigração que influenciou maciçamente regiões do estado teve grande importância na constituição de um senso moral na questão do trabalho.

Ferreras (2002) em seu artigo contribui sobre a importância de se entender as diferenças, e as implicações de se tomarem como base o estudo de “pequenas comunidades” No que cerne a História do Trabalho, o mesmo afirma que:

Os trabalhos destinados ao estudo de pequenas comunidades permitem-nos aproximarmos da interpretação que os indivíduos, ou os grupos sociais, constroem das suas próprias vidas, das formas em que esta interpretação é confrontada com a realidade e com as transformações experimentadas pelas pessoas comuns (FERRERAS, 2002, p. 07).

Essa relação da história do trabalho com as pessoas comuns faz emergir o uso da História Oral como método de obtenção de fontes para a escrita dessa nova história. Mas o autor ressalta que devemos ter entendimento de questões mais gerais para que possamos utilizar da metodologia da História Oral como parte do processo dessa construção de saber. O entendimento de questões cotidianas possibilita que possamos ter discernimento das questões alheias ou no caso, intrínsecas da vida e do trabalho. Conforme afirma Ferreras (2002, p.08), “a vida cotidiana nos dá a possibilidade de abordar a questão da “experiência”, mediante relacionamento dos pontos de junção dos elementos próprios da vida fora da fábrica com as problemáticas do âmbito produtivo”.

Por fim, o autor salienta que "Analisar a experiência, no lugar da estrutura, não deve ser uma simples mudança de enfoque. Para analisar a micro-física da resistência através do cotidiano, só poderemos compreendê-lo se analisamos a macro-física da resistência e as relações existentes entre ambas" (FERRERAS, 2002, p.10).

Trabalho, liberdade e cidadania essas foram questões recorrentes nas leituras realizadas, elas formam uma espécie de tríade na formação do povo brasileiro. Seja na problematização da contribuição do trabalho escravo e suas consequências com a abolição, seja nas relações estabelecidas com o trabalho dos imigrantes, trabalho, liberdade e cidadania põem em xeque a contribuição de cada grupo na formação e constituição do Brasil. O que explica a referência clara percebida nas leituras a respeito dos imigrantes no Brasil, e seu legado de progresso e desenvolvimento, enquanto as questões escravagistas são ligadas a ideia de atraso, os escravos a percepção de trabalho braçal e a ideia de povo sofredor, pouco sendo colocado enquanto protagonista de atitudes voltadas a sua liberdade.

Sidney Chalhoub e Fernando Teixeira da Silva (2009) dois dos pesquisadores de maior renome na área de estudos da História Social no Brasil apresentam considerações em seu artigo sobre as questões que eles chamam de “paradigma da ausência” na academia de estudos relacionados ao protagonismo dos escravos em seu processo de libertação, e tece críticas ao modelo que ele denomina de “paradigma da agência”, onde toda a questão do trabalho seja livre, ou escravo é vista como negociada com o Estado.

Como já supramencionado, as questões de trabalho a partir da industrialização do país irão permear questões culturais e sociais, uma vez que estamos lidando com uma forma de trabalho não somente brasileira, mas agora, muito influenciada pelos costumes e pelas leis estrangeiras. Segundo Chalhoub e Silva (2009, p. 16), “lá, costumes e tradições densas haviam fecundado as lutas operárias; aqui, a escravidão legara ausência de cultura política, a ser suprida por cabeças e ideologias importadas do centro do mundo e propulsoras exclusivas do movimento operário brasileiro em sua primeira fase”. Nessa primeira consideração os autores já apontam como vínhamos abordando que as questões trabalhistas no Brasil, ainda no início do séc. XX vinham sofrendo grandes transformações e passavam por uma fase de amadurecimento de suas implicações quando uma vez estabelecidas.

Em relação à escravidão, Chalhoub e Silva (2009) criticam a forma como a questão é tratada pela historiografia, afirmando que os “[...] trabalhadores escravos se tornam ausentes do processo histórico de sua própria libertação” (CHALHOUB E SILVA, 2009, p. 18). Isso se deve também ao fato de que no séc. XX a ideia de não existência de preconceitos na sociedade brasileira: “No Brasil havia o fundamental preconceito de não haver preconceito numa sociedade que reproduzia estrutural e indefinidamente a subordinação das gentes de cor” (CHALHOUB E SILVA, 2009, p. 19-20). Como poderá ser observado no diorama referente à caça as baleias no litoral catarinense, onde são retratados três negros num barco de pesca acompanhados de dois brancos onde visivelmente é perceptível a diferenciação de sua posição e importância de acordo com sua cor.

Os autores ainda fazem uma análise das diversas fases pela qual as discussões acerca dos trabalhadores no Brasil transitaram abarcando desde questões sociológicas, até questões políticas, e conclui “nesses registros, os trabalhadores apareciam como “sujeitos” incapazes de definir projetos e práticas independentes do Estado.” (CHALHOUB E SILVA, 2009, p. 26). Essas análises que colocavam os trabalhadores como dependentes do Estado, os caracterizavam segundo Chalhoub e Silva (2009, p.27) como vítimas, "a classe operária emergia, assim, como vítima de uma modernização incompleta e de um capitalismo tardio, capaz apenas de servir como vetor de sustentação das estratégias políticas populistas e como peça de manobra da engrenagem da dominação burguesa". Ao analisar em seu texto a contribuição de diferentes historiadores e sociólogos para a compreensão do papel dos trabalhadores neste período Chalhoub e

Silva (2009) tecem a crítica acima citada, referindo-se a forma como estes poucos valorizavam as condições de luta dos trabalhadores.

Como tema central de estudos, o trabalho, possibilitará compreender o protagonismo ou a falta dele, em alguns dos grupos diretamente ligados as atividades no mar. Escravos, pescadores, marinheiros, serão alguns dos personagens analisados no decorrer da metodologia, de acordo com as possibilidades apresentadas no acervo do Museu Nacional do Mar.

Compreender estes protagonismos hoje possíveis com a nova história do trabalho é entender as mudanças que ocorrem no mundo do trabalho com o passar dos séculos.

De grandes empreendimentos comerciais e exploratórios, percebemos que as Grandes Navegações se tornam o meio de instituir a exploração do homem, sobre o homem com a escravização dos povos africanos. O autor em seu texto traça as influências das culturas dominantes em cada período da história do Brasil, e a manutenção e desenvolvimento do escravismo. O açúcar, primeiro produto de monopólio português na América, originário do oriente, já emprega em sua história mão de obra escrava, mas segundo Marquese:

Ainda que houvesse emprego ocasional de cativos na indústria açucareira do Mediterrâneo medieval, a conjugação estreita entre escravidão negra e açúcar branco foi uma criação atlântica ibérica que precedeu a colonização da costa nordeste do Brasil. (Marquese, 2018 pg. 204)

Assim, a articulação entre produção açucareira e a escravidão foi anterior ao processo de desenvolvimento de sua cultura na colônia brasileira, mas que aqui com o passar das décadas alcançou notável desdobramento. Mesmo com a cultura açucareira alcançando níveis altos de ganhos, os portugueses nunca deixaram de buscar os metais preciosos em sua colônia. Com a descoberta de suas jazidas no centro-oeste e sudeste, a colônia agora iniciava uma nova fase de sua exploração.

São Paulo e o sul de Minas Geras tornaram-se os celeiros das cidades e vilas do ouro, e os porto do Rio de Janeiro da Bahia converteram-se em portas de entrada atlântica de mercadorias importadas para o ouro – a principal das quais, evidentemente, eram os africanos escravizados. (Marquese, 2018 pg. 206)

A mudança da capital para o Rio de Janeiro foi apenas uma das consequências imediatas desse fato. O deslocamento humano, e material para uma região mais ao sul da

colônia também modificou as relações de trabalho e da preferência por escravos de baixa estatura para o trabalho nas minas.

Com o findar do século XVIII, as revoluções acontecendo na Europa, e no século seguinte a vinda da família real ao Brasil em 1808, alteram mais uma vez a dinâmica de trabalho escravo no Brasil.

A articulação direta dos produtos escravistas brasileiros com o mercado mundial promovida pela chamada Abertura dos Portos estimulou notavelmente as exportações de açúcar, algodão, tabaca, arroz e couros, setores que já se encontravam bem consolidados no começo do século XIX. A grande novidade oitocentista veio, em realidade com o arranque cafeeiro do vale do rio Paraíba do Sul. (MARQUESE, 2018 p. 207)

Haja vista que o ciclo do ouro no Brasil promoveu uma grande corrida à região sudeste do agora Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves o que ajudou a consolidar o desenvolvimento da região, trouxe também consigo a necessidade de expansão de outras regiões brasileiras, como o Sul, por exemplo, de onde vinha o charque que abastecia o mercado interno.

Para entendermos a constituição das armações baleeiras é preciso contextualizar essa atividade. Estudos recentes vêm sendo desenvolvidos para o aprofundamento das questões que nos permitam compreender o significado e o impacto das armações baleeiras na história de nosso estado. Conforme Fernanda Zimmermann:

As primeiras armações baleeiras no litoral Meridional foram fundadas ainda no século XVII, no litoral de São Paulo. A fundação das armações no litoral catarinense esteve associada ao processo de ocupação do litoral no século XVIII, que envolveu a fortificação da Ilha de Santa Catarina e a vinda de casais açorianos para o povoamento do território. A Armação da Piedade foi a primeira no litoral catarinense. Foi instalada em 1746 no continente adjacente à Ilha, próximo à recém-construída fortaleza de Santa Cruz de Anhatomirim. O investimento veio de um comerciante sediado no Rio de Janeiro, Tomé Gomes Moreira, que viria a ser seu contratador. A Armação da Piedade se localizava quase a leste-oeste com a ponta setentrional da Ilha de Santa Catarina, ou seja, à entrada da baía norte, no que viria a ser o distrito da freguesia de São Miguel da Terra Firme. Esta se tornaria a maior e mais importante armação baleeira do litoral catarinense. (ZIMMERMANN, 2013, p. 45)

Percebemos na escrita de Zimmermann que a instalação das armações baleeiras em Santa Catarina se dá através de investimentos externos, ou seja, a implementação da atividade econômica dependeu de financiamento de investidores portugueses. Isso nos possibilita compreender que começava uma nova fase da exploração do território da

capitania de Santa Catarina por parte de Portugal, que viu na atividade baleeira uma das possibilidades de desenvolvimento da economia da região.

As armações estabelecidas em Santa Catarina foram fundadas em posições estratégicas em nosso litoral e possibilitaram o desenvolvimento de diversos núcleos de povoamento, em torno das instalações necessárias para a caça e processamento do óleo da baleia. A maioria da mão-de-obra empregada nas armações era de escravos, adquiridos diretamente do Rio de Janeiro, mas as armações contavam também com trabalhadores livres.

As relações de trabalho estabelecidas nessas armações eram condicionantes da importância de sua atividade. Trabalhadores livres e escravos detinham funções especializadas nas atividades de caça e de extração do óleo.

Com a colonização do Brasil, os africanos trazidos como escravos sofreram pela dominação a eles imposta pelos portugueses. Durante mais de três séculos os escravos não tinham possibilidade de se tornarem protagonistas de sua história, o trabalho em cativeiro consumia todo seu tempo. O que não significa que eles não resistiam à essa dominação de variadas formas, e que da mesma maneira aspiravam por uma vida melhor, com liberdade.

Na metodologia, será possível perceber as análises realizadas a partir do acervo do Museu Nacional do Mar. O diorama de caça às baleias, já exemplificado anteriormente, é um dos momentos em que podemos inserir a questão da presença e atuação dos escravizados em nosso estado.

IMAGEM 6



Diorama representando as armações baleeiras no Museu Nacional do Mar. Fonte: Acervo da autora, 2018.

Um dos personagens que rema a canoa em direção à baleia é negro, o que nos possibilita questionar aos alunos sobre sua presença e em seguida elucidá-los sobre o fato. No guia, estarão disponíveis subsídios para que o professor possa fazer isto, já que popularmente se desconsidera a escravidão no Sul do país, mesmo que hoje já exista uma vasta produção historiográfica sobre o tema.

Essa negação se dá em conta da afirmação de que o estado se desenvolveu apenas com a chegada dos imigrantes europeus, estes sim, responsáveis pelo desenvolvimento e crescimento do estado. É inegável que o imigrante exerceu protagonismo no povoamento do estado, o que chamamos atenção, é que não podemos esquecer da história anterior de nosso estado, de sua gente e seu trabalho.

Uma multiplicidade de possibilidades de trabalho podem ser analisadas com as possibilidades apresentadas pelo acervo do museu. A confecção de canoas, o trabalho no mar, e as mudanças que ocorrem nas relações de trabalho são algumas delas, que ocorrem a partir dos avanços tecnológicos e do desenvolvimento de novas técnicas.

IMAGEM 7



Miniatura representando a construção de canoas à beira mar. Foto: a autora, ano 2018.

IMAGEM 8



Modelismo Náutico, representando um dos barcos de pesca presentes no litoral catarinense. Foto: A autora, ano 2018.

IMAGEM 9



Diorama em miniatura representado a chegada da Família Schurmann a antártica. Foto: A autora, ano 2018.

Como explicitado no texto anteriormente, as transformações que ocorrem no mundo do trabalho são perceptíveis se olharmos atentamente as imagens acima. As três imagens representam momentos distintos da vida no mar. Na imagem 6, observamos a

confeção de canoas de pesca pelos próprios pescadores, na imagem 7 percebe-se o avanço nas técnicas e aperfeiçoamento dos barcos de pesca. Na imagem 8, podemos compreender que a vida no mar, antes pensada como forma de sustento e desenvolvimento (como no período das grandes navegações) hoje, pode ser visto como forma de lazer e aventura. Estas questões que podem parecer lineares a primeira vista precisam ser exploradas pelo professor em sua ação educativa, para que assim, os alunos percebam o processo de mudança e permanência das questões históricas nessa questão que muitas vezes pode passar despercebido. Sendo assim, ponto de partida para problematizações mais amplas sobre o desenvolvimento e as mudanças ocorridas neste meio.

As possibilidades de problematizações e compreensões de temas e conceitos históricos nos locais elencados são vastas como apresentados na análise das respostas dos questionários, mas para esta metodologia, optou-se por escolher um tema a ser trabalhado a partir das possibilidades das visitas elencadas na metodologia e na análise do museu. Refletindo sobre seu acervo, sua concepção museológica e suas ações educacionais, o tema elencado foi o da História do trabalho. É possível compreender em diversas frentes do acervo pesquisado a relação e o amplo diálogo com sua problematização de variadas questões ligadas ao cotidiano das pessoas e das questões das atividades laborais, além de podermos compreender o trabalho em seus mais diversos sentidos, pois o mesmo fomenta a curiosidade e o debate nas aulas sobre os mais diversos modos de realizar a atividade. Espera-se assim, abranger as possibilidades e contribuir com os professores, para que os mesmos tenham em mãos um material que os permita a abrangência de seu conhecimento, e conseqüentemente a melhora de suas aulas, no Ensino de História.

Por essas questões compreendermos que a História do Trabalho possibilita na composição da metodologia a criação de uma série de reflexões sobre o acervo exposto que permitam ao professor explorar diversos eixos, a partir desse tema problematizador. O museu já devidamente apresentado externamente as potencialidades para o desenvolvimento desta temática de maneira ampla e diversificada, possibilitando aos professores a possibilidade de empreender suas visitas em todos os anos do ensino fundamental II, ou ensino médio.

As problematizações abordadas na metodologia propõem que o professor com sua turma, possam além de se basear nas abordagens já estabelecidas no museu, explorar possibilidades de indagação ao acervo, direcionadas e problematizadas na relação com o Trabalho.

APRESENTAÇÃO DA AÇÃO EDUCACIONAL

Após a compreensão e análise de questões educacionais, patrimoniais, da cultura material e do trabalho, apresentamos a constituição do material aqui desenvolvido para os professores da educação básica.

Este material foi pensado e desenvolvido como já mencionado no texto, pela compreensão da falta de protagonismo do professor em relação a prática de ações educacionais nos museus. Observada esta questão, e aliada a questões profissionais e pessoais da autora que sempre buscou estabelecer diálogo com os museus em seu Ensino de História na educação básica, este material provém de uma série de pesquisas em diferentes campos de estudos, como já apresentados, e das possibilidades observadas no Museu Nacional do Mar e seu acervo.

A estrutura do material é dividida em quatro eixos de estudos sobre o Museu e ao final de cada um destes apresenta e problematiza artigos, imagens, vídeos ou atividades que contribuem para o desenvolvimento do eixo. Estes materiais auxiliares foram constituídos a partir de uma pesquisa sobre os temas, bem como, alguns deles já eram utilizados pela autora em suas aulas no decorrer da aplicação dos conteúdos.

Os temas propostos para estudo são: as grandes navegações, as armações baleeiras, a pesca artesanal e o porto. Cada uma delas foi pensada a partir de questões próprias do acervo e considerando temas que os professores abordam em sala de aula, iniciando pelas Grandes Navegações e se desenvolvendo a partir de temas que podem ser abordos como história regional e econômica, dependendo da realidade vivenciada pelos professores que a utilizarão.

A partir destes temas, se propõe que o professor possa estar interado do que lhe espera no museu (se este ainda não o tiver visitado) e assim também oportunize aos alunos um conhecimento prévio do que lhes espera; reflita sobre como será conduzida a ação educacional e de quais as possibilidades apontadas além daquelas apresentadas pelo próprio museu.

Espera-se este material possa contribuir significativamente para a mudança de pensamento e de atitudes de professores e alunos perante o acervo e a compreensão histórica que podemos ter a partir de suas escolhas e interpretações. E assim, também possamos perceber que o Ensino de História se faz em diferentes ambientes e em diferentes situações daquelas já tradicionais em sala de aula.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve como principal objetivo proporcionar reflexões acerca da importância da preservação, manutenção e salvaguarda dos acervos dos museus, bem como objetivou demonstrar que estes acervos da vida material e consequentemente cultural podem ser utilizados como fontes de estudos e interpretações variantes por cada professor em suas aulas de história, aqui sendo elencadas as possibilidades direcionadas a história do trabalho como eixo norteador.

No decorrer da pesquisa, e do fomento da mesma, foi possível compreender que este campo das metodologias relacionadas a ações educacionais é pouco explorado, assim, nós professores temos a tarefa de nos colocarmos como protagonistas neste campo para que assim, possamos fomentar estas práticas pautadas nas experiências já descritas e bem desenvolvidas sobre o tema, mas, sobretudo, instigar a realização e o despertar de práticas oriundas das mais diversas vertentes de nosso trabalho cotidiano escolar.

Ser professor requer protagonismo por nossa parte para que possamos efetivamente fazer com que nossos alunos se coloquem no mundo enquanto agentes históricos capazes de desenvolver leituras de mundo críticas e abordar suas questões cotidianas de maneira contextualizada e ordenada. Compreendendo que seu lugar hoje na história, pode e deverá ser fato de investigação histórica, das futuras gerações, pois alcançando essa compreensão faremos com que os alunos entendam que a preservação dos museus são a base para o desenvolvimento e registro completo de sua história.

Conforme apreendido no primeiro capítulo deste trabalho, as leis que preconizam a educação do país e do estado de Santa Catarina, apoiam a metodologia aqui proposta, estas aliadas às questões patrimoniais apresentaram subsídios que identificam as inúmeras possibilidades elencadas no museu estudado. As questões que emergem da educação patrimonial nos possibilitam compreender que esta metodologia é uma oportunidade para os professores repensarem suas práticas e inserirem a visita a museus em seu plano de curso escolar.

Observamos que os museus assim como apresentados pelas leituras realizadas se modificaram e se adequaram às novas possibilidades de interpretação de seus acervos, bem como diversificaram as abordagens dadas em suas visitas, e nas exposições de seus objetos, o que nos permite afirmar que o “entre lugar” analisado no texto, faz parte do cotidiano das relações entre museus e escolas.

Quando nos referimos a museus, a cultura material é invocada para que possamos através de seus artefatos compreendermos as diversas questões que são abordadas em seu acervo. Ter a clareza do que podemos encontrar em cada espaço visitado aumenta nossas possibilidades de interpretação da história de determinado tempo, lugar ou sociedade, e nos aproxima de seus desígnios. Estes que podem ser analisados por diferentes temas, mas que aqui optamos por sua compreensão a partir da temática do trabalho.

A pesquisa apresenta inúmeras perspectivas de apropriação do acervo do museu. Com seu acervo, apontamos algumas das possibilidades, que não se esgotam, se almeja que seja ponto de partida para novas interpretações do objeto e de suas relações com o homem.

Espera-se que com a metodologia apresentada, bem como com os conceitos historiográficos, os professores possam ampliar suas possibilidades de atuação tanto no ensino de história como nas possibilidades de interlocução das demais disciplinas escolares e do desenvolvimento de projetos que permeiem a visitação a espaços como os museus. Almejo que o “entre lugar” ocupado entre escola e museu seja palco de muitas reflexões. Seja por causa da identidade do acervo escolhido, ou justamente pelas diferenças encontradas em cada peça do museu que o aluno se propõe a analisar e (re) conhecer.

Nós, professores somos profissionais que temos o dever de nos desconstruir e nos alicerçar em novas práticas didáticas para que possamos de maneira efetiva construir com nossos alunos uma nova maneira de ensinar e aprender história, seja na sala de aula, ou no museu.

REFERÊNCIAS

BARROS, José D'Assunção. **Os Campos da História** – Uma introdução às especialidades da História. Revista HISTEDBR On –line, Campinas, nº 16, p 17-35, dez 2004.

BARROSO, Lucia Maciel. **Educação Patrimonial e ensino de História: Registros, vivências e proposições.** In. BARROSO *et al.* **Ensino de história: desafios contemporâneos** / org. Véra Lucia Maciel Barroso. [et al.]. – Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010. 296 p.

BEMBE, Júlio Horácio Chivuanga. **Ensino de história e o patrimônio histórico-cultural numa relação teoria-prática.** Paidéia e. do cur. de ped. da Fac. de Ci. Hum., Soc. e da Saú., Univ. Fumec Belo Horizonte, Ano 10 n. 14 p. 99-112 jan./jun. 2013. Disponível em: <<http://www.fumec.br/revistas/paideia/article/view/2380>>. Acessado em: 17 nov. 2017.

BRASIL. Lei nº. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.** Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, 23 dez. 1996.

BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Cultural: orientações básicas.** / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação-Geral de Segmentação. – 3. ed.- Brasília: Ministério do Turismo, 2010.

BRASIL. Secretaria da Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: introdução aos parâmetros curriculares nacionais.** 2ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

CANDAU, Vera (org.) 2008. **Sociedade, Educação e Cultura(s)** 2ª ed. Petrópolis: Vozes. 2001. *Didática, currículo e saberes escolares.* Rio de Janeiro: DP&A.

CARNIELLI, Flávio. A cidade e sua memória: as trajetórias dos “amadores da história” e suas leituras de Campinas (1927-1980). In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – **História: guerra e paz.** Londrina: ANPUH, 2005.

CHALHOUB, Sidney; SILVA, Fernando Teixeira da. **Sujeitos no imaginário acadêmico: escravos e trabalhadores na historiografia brasileira desde os anos 1980.** Cad. AEL, v.14, n.26, 2009.p. 16-45.

DUTRA, Soraia F. NASCIMENTO, Sylvania S. **A educação no entre lugar museu e escola: um estudo das visitas escolares ao Museu Histórico Abílio Barreto.** Porto Alegre, v. 39, n. esp. (supl.), s125-s134, dez. 2016.

FERNANDES, Antonia Terra de Calazans. **Estudo do meio na formação continuada do (a) professor(a) de história.** Nuances - Vol. VII - setembro de 2001. P 43-52. Disponível em: <http://revista.fct.unesp.br/index.php/Nuances/article/view/137>. Acessado em: 21 nov. 2017.

FERRERAS, Norberto O. **História e Trabalho:** entre a renovação e a nostalgia. Vol.1. nº 2. p. 51-67. Trajetos. Revista de História UFC. Dossiê: Trabalho e Migrações. 2002.

FINDLAY, Eleide. Abril Gordon; GUEDES, Sandra Paschoal de Camargo. **As representações sociais sobre o patrimônio cultural de Araquari e Balneário Barra do Sul (SC).** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 23., 2005, Londrina. Anais do XXIII Simpósio Nacional de História – História: guerra e paz. Londrina: ANPUH, 2005.

GALZERANI, Maria Carolina Bovério. **Práticas de ensino em projeto de educação patrimonial:** a produção de saberes educacionais. ProPosições. Abr. 2013. vol.24. no.1. p. 93-107.

GIL, Carmem Zeli de Vargas e PASSSMAI, Zita Rosane. **Educação patrimonial: percursos concepções e apropriações.** Canoas, nº 19, dezembro de 2014.

GONÇALVES, Janice. **Patrimônio cultural: a educação em múltiplos sentidos.** In. Brasil. Ministério da Cultura. Patrimônio, Ensino e Educação: formação profissional. Brasil, Ministério de Cultura; Centro Histórico Cultural Santa Casa- Porto Alegre: ISCMPA, 2017.

INÁCIO, Juliana Lemes; PERES, Maria Gisele. **História Local e Ensino de História:** reflexões sobre as práticas do professor pesquisador. 2013. Disponível em: <http://ojs.fe.unicamp.br/index.php/FEH/article/viewFile/5620/4528> Acessado em: 17 nov. 2017.

IPHAN: **Superintendência do Iphan em Santa Catarina.** Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/sc>. Acesso em: 20 jun. 2017.

LARA, Silvia Hunold. **Escravidão, Cidadania, e História do Trabalho no Brasil.** Proj. História, São Paulo, (16) fev. 1998. p. 25-38.

LOPES, Danilo Eiji. **História dos estudos do meio:** um estudo sobre as práticas extramuros da escola em São Paulo. 2014. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

MACHADO, Maria Beatriz Pinheiro e MONTEIRO, Katani Maria Nascimento. Patrimônio, identidade e cidadania: reflexões sobre Educação Patrimonial. In. BARROSO *et al.* **Ensino de história:** desafios contemporâneos / org. Vera Lucia Maciel Barroso. [et al.]. – Porto Alegre: EST: EXCLAMAÇÃO: ANPUH/RS, 2010. 296 p.

MEDEIROS, Mércia Carréra de; SURYA, Leandro. **A importância da educação patrimonial para a preservação do patrimônio.** In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 25., 2009, Fortaleza. Anais do XXV Simpósio Nacional de História – História e Ética. Fortaleza: ANPUH, 2009.

MENESES, José Newton Coelho. **Introdução** - Cultura material no universo dos Impérios europeus modernos. An. mus. paul. São Paulo, v. 25, n. 1, p. 9-12, Apr. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-47142017000100009&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 fev. 2018.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. **Memória e Cultura Material: Documentos Pessoais no Espaço Público**. Estudos Históricos, 1998.

MILLER, Daniel. **Consumo como cultura material**. Horiz. antropol. Porto Alegre, v. 13, n. 28, p. 33-63, Dec. 2017. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-71832007000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso 01 fev. 2018.

MILLER, Daniel. **Trecos, Troços e Coisas**: Estudos antropológicos sobre a Cultura Material. Daniel Miller; Tradução: Renato Aguiar. Rio de Janeiro. Zahar, 2013.

MIRANDA, Sonia Regina. **Estranhos passados encontrados em um museu**: a criança e seus olhares sobre o tempo desconhecido. Cad. CEDES, dez. 2010, vol.30, nº 82, p.369-382.

MORAES, Renata Figueiredo **Trabalhadores e liberdade** – a abolição da escravidão e as comemorações de 1888. Revista Mundos do Trabalho. Vol. 7. Nº. 13. janeiro-junho de 2015. p. 177-191.

PACHECO, Ricardo de Aguiar. **Ensino de história com base na Educação Patrimonial e no Estudo do Meio**. 2009. Cadernos do CEON, vol., 22 n. 31. Disponível em: <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/539>. Acesso em: 19 nov. 2017.

PEREIRA, Júnia Sales; CARVALHO, Marcus Vinicius Corrêa. **Sentidos dos tempos na relação museu/escola**. Cad. CEDES, dez. 2010, vol.30, nº 82, p.383-396.

PEREIRA, Sales Júnia. Oriá, RICARDO. **Desafios teóricos-metodológicos da relação educação e patrimônio**. Resgate- vol. XX, nº 23- jan/jun. 2012.

PETERSEN, Silvia. **Cruzando fronteiras**: As pesquisas regionais e a História Operária Brasileira. In: ARAÚJO, A. (Org.) Op. Cit., p.85-103. 2013.

PINHEIRO, Áurea da Paz. **Patrimônio cultural e museus: por uma educação dos sentidos**. In. Brasil. Ministério da Cultura. Patrimônio, Ensino e Educação: formação profissional. Brasil, Ministério de Cultura; Centro Histórico Cultural Santa Casa- Porto Alegre: ISCMPA, 2017.

PINTO, Helene. **Os Centros Históricos como laboratórios de Educação Patrimonial**. Revista História Hoje. 2016. Vol. 5, nº 9. Disponível em: <https://rhhj.anpuh.org/RHHJ/article/view/233>. Acesso em: 17 nov. 2017.

RAMOS, Igor Guedes. **A historiografia brasileira sobre o trabalho: Entre Thompson e Foucault.** Anais do 3º. Seminário Nacional de História da Historiografia: aprender com a história? Ouro Preto: Edufop, 2009.

REDE, Marcelo. **História a partir das coisas: tendências recentes nos estudos de cultura material.** Anais do Museu Paulista. São Paulo, v.4, n.1, p.265-282, jan./dez., 1996. p. 273.

REDE, Marcelo. **História e cultura material.** In: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo. Novos domínios da história. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p.133

SANTA CATARINA. **Proposta Curricular de Santa Catarina.** 2014. Disponível em: <http://www.propostacurricular.sed.sc.gov.br/site/?p=arquivo>. Acesso em: 21 set. 2017.

SILVA, Elsa Peralta Da. **Património e identidade.** Os desafios do turismo cultural. I.S.C.S.P. Universidade técnica de Lisboa. 2000. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/antropologicas/article/viewFile/932/734>. Acesso em: 27/11/2017

SILVA, Mônica Martins da. **A história regional para alunos do ensino médio: As possibilidades de uma proposta de ensino.** UFG. Disponível em: ojs.fe.unicamp.br/index.php/FEH/article/download/5616/4524. Acesso em: 17 nov. 2017.

TOLENTINO, Átila. **O que não é educação patrimonial: cinco falácias sobre seu conceito e sua prática.** In: IPHAN. Educação patrimonial [recurso eletrônico]: políticas, relações de poder e ações afirmativas. João Pessoa: IPHAN-PB; Casa do Patrimônio da Paraíba, 2016. – (Caderno Temático; 5), p.38-48.

ZIMMERMANN, Fernanda. **Armação Baleeira da Lagoinha: uma grande unidade escravista.** In: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; Vidal, J. Z. (Org.). História Diversa: Africanos e Afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. 1ed. Florianópolis: UFSC, 2013, v. 1, p. 1-208.



PROFHISTÓRIA
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

O MUSEU NACIONAL DO MAR E SEU ACERVO: Uma proposta metodológica para o ensino de história

Material didático destinado a professores da
Educação Básica que se dediquem ao Ensino de
História.

Jaqueline Marquardt

APRESENTAÇÃO

Caro professor,

Esta proposta metodológica é um trabalho proveniente do Mestrado Profissional em Ensino de História da Universidade Federal de Santa Catarina, e se propõe a (re)pensar as problemáticas que envolvem o Ensino de História e a ação educativa nos museus e na Educação Básica a partir de metodologias didáticas utilizadas por nós, professores.

Assim, este trabalho objetiva refletir sobre a ação pedagógica que desenvolvemos em sala de aula e, a partir dessa reflexão, auxiliar metodologicamente na elaboração e utilização de materiais didáticos que possam subsidiar o trabalho docente nas ações educativas no Museu.

Esta proposta surgiu das experiências da autora com as diversas ações educativas já vivenciadas em museus e objetiva proporcionar a você, professor da Educação Básica, uma metodologia de ação em museus, que no caso desta proposta metodológica aplica-se ao Museu Nacional do Mar em São Francisco do Sul, SC, tendo como base a História do trabalho.

As ações propostas estão estabelecidas em temas analisados e contextualizados, divididos em eixos de apresentação e estudo tais como: relacionados à pesca, às armações baleeiras, ao porto e as grandes navegações, temas que envolvem a vida marítima e que são importantes para a abordagem de uma História global, brasileira e catarinense.

A metodologia dispõe de informações de base para você, professor, como fotografias do acervo proposto para análise, textos complementares para sua formação, vídeos e mapas relacionados aos temas, e atividades sugeridas para cada tópico abordado.

Seja para uma atividade recorrente, ou para a primeira ação por você desenvolvida, espera-se que este material possibilite um novo olhar sobre os museus, proporcionando uma ação educacional pensada e empreendida especificamente para suas turmas e seus conteúdos e objetivos de ensino, aumentando as relações estabelecidas entre o conteúdo desenvolvido e as instituições visitadas. Também propõe-se que esse material possibilite maior protagonismo do professor e dos estudantes, entendidos como sujeitos do processo de construção do conhecimento histórico escolar.

SUMÁRIO

MUSEU NACIONAL DO MAR.....	05
Informações Gerais.....	07
Professores.....	08
TEMA 1	
As Grandes Navegações.....	09
TEMA 2	
As Armações Baleeiras.....	18.
Tema 3	
A Pesca Artesanal.....	28
Tema 4	
Porto.....	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	42
REFERÊNCIAS.....	43

ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Conjunto de fotos que demonstram algumas das salas e do acervo do museu. Fonte: Acervo da autora, 2015.....	3
Figura 2: Entrada do Museu Nacional do Mar. Foto: a autora, ano 2018.....	6
Figura 3: Modelismo náutico. Embarcações de navegação. Foto: a autora, ano 2018.	7
Figura 4: Modelismo náutico. Embarcação de navegação, de bandeira francesa.....	8
Figura 5: Foto de um navio negreiro em 1882, feita por Marc Ferrez.....	13
Figura 6: Mapa das Armações Baleeiras no Litoral Catarinense. Fonte:MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; ZIMMERMANN, Joseane (Org.) História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, p. 46. Mapa elaborado por Miriam Karla Machado.....	16
Figura 7: Diorama representando à caça às baleias no Museu Nacional do Mar. Fonte: Acervo da autora, 2018.	18
Figura 8: Fachada da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça. Fonte: a autora. Ano 2018.	20
Figura 9: Interior da igreja em estilo neoclássico e barroco.	20
Figura 10: Pescadores à frente e em cima de uma baleia. Pesca da baleia na Armação de Imbituba/SC, nos anos 50 Foto de João Hipólito do Nascimento (1920-1992).	21
Figura 11: Charge representando a rejeição da caça às baleias. Disponível em: https://twitter.com/nd_online/status/1040977646673248257	22
Figura 12: Modelismo náutico, barcos de pesca. Foto: a autora, ano 2018.	25
Figura 13:Diorama representando trapiche de pescadores de Laguna- SC. Foto: a autora, ano 2018.....	26
Figura 14: Miniatura representado a construção de canoas à beira mar. Foto: a autora, ano 2018.....	27
Figura 15: Boneca em tamanho real que representa Sebastiana, sua fé e trabalho na renda de bilro. Foto: a autora, ano 2018.	29
Figura 16 :Diorama de proporções reais em uma das salas do museu que representa a noite em alto mar. Foto: a autora, ano 2018.	31
Figura 17:Imagem: 12 Charge publicada no Jornal Notícias do Dia, edição da Grande Florianópolis, 20 de agosto de 2015. Autor: Luiz Mendes. Disponível em: https://ndonline.com.br/charges?ano=2015&page=1&mes=08	31
Figura 18:Carl Hoepcke & Cia funda sua primeira filial fora de Florianópolis na cidade de São Francisco do Sul, assim foram construídos os galpões que abrigaram o centro de recebimento e distribuição de mercadorias da companhia, até a década de 1970.	34
Figura 19:Paisagem exterior do museu com vista ao porto de São Francisco do Sul. Foto: a autora, ano 2018.	34
Figura 20: Paisagem exterior do museu com vista ao porto de São Francisco do Sul. Foto: a autora, ano 2018.	35
Figura 21: Fotos da fachada e laterais do Museu Nacional do Mar. Fonte: a autora, ano 2018.....	35
Figura 22:Recorte do Jornal, O DIA de Florianópolis de 21 de maio de 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/217549/per217549_1916_08285.pdf	36
Figura 23:Mapa turístico de São Francisco do Sul – SC	39

MUSEU NACIONAL DO MAR

Aberto à visitação desde 1993, o Museu Nacional do Mar está instalado nos grandes armazéns da antiga empresa Hoepcke, que ficaram abandonados quando as atividades ali foram desativadas. Revitalizados, os armazéns passaram a abrigar o Museu e a enriquecer o conjunto de bens culturais que formam o centro histórico da cidade de São Francisco do Sul.

O objetivo do Museu é valorizar a arte e o conhecimento dos homens que vivem do mar. As embarcações originais, provenientes de várias partes do país, configuram expressivo conjunto, testemunho da cultura marítima e náutica do país. Em seu acervo encontram-se mais de 60 barcos em tamanho natural e cerca de 200 peças de modelismo e artesanato naval, identificados com textos e imagens explicativas. Este acervo foi doado, comprado ou mesmo construído para estar exposto no Museu. Ele também contém réplicas de diversas embarcações de todo o mundo, mas principalmente brasileiras, como jangadas, saveiros, canoas, cúteres, botes, traineiras e baleeiras.

Através de uma organização temática, o Museu Nacional do Mar contextualiza as histórias e os usos das peças em exposição. Em seu acervo encontram-se mais de 60 barcos em tamanho natural e cerca de 200 peças de modelismo e artesanato naval, identificados com textos e imagens explicativas.

O Museu dispõe de cerca de quinze salas temáticas (esse número pode variar de acordo com as salas fechadas para revitalização e por questões estruturais do prédio), que ocupam os dois extensos conjuntos de galpões da antiga empresa Hoepcke. Em algumas salas foram montados dioramas - espécie de representação cênica- onde podem ser observados os usos daquelas embarcações e o modo como os homens desempenhavam uma determinada atividade, como a pesca da baleia, por exemplo.

A ação educativa é iniciada com uma breve explicação acerca do acervo e do objetivo do Museu, sendo guiada por educadores museais que promovem uma série de esquetes de teatro nos mais diferentes ambientes do museu. Essas apresentações podem variar de acordo com o número de funcionários disponíveis e as salas de exposições abertas. Seu objetivo é explicar os diferentes aspectos da vida com relação ao mar, abordando desde o trabalho em terra até as crenças dos pescadores.

A ação educativa tem duração estimada em 1h20min, sendo sempre acompanhada de um educador museal que auxilia os alunos em suas dúvidas e explica, conforme a sequência do roteiro expositivo, algumas das principais características da navegação brasileira, em diversos períodos e regiões do país.



Modelismo naval: embarcações brasileiras



Sala das canoas



Diorama representando rancho dos pescadores artesanais



Diorama sobre a pesca artesanal



Sebastiana, mulher e mãe de pescador.
Rendeira e rezadeira.

Figura 1 - Conjunto de fotos que demonstram algumas das salas e do acervo do museu. Fonte: Acervo da autora, 2015.

Informações Gerais



Rua Manoel Lourenço de
Andrade, S/N.

CEP: 89240-000

Centro Histórico de São
Francisco do Sul – SC

Fone: (47) 3481-2155

E-mail:

contato@museunacionaldomar.com.br

Professores,

Quando se utilizarem de ônibus, vans ou micro-ônibus para chegar à cidade, o veículo deverá ficar estacionado na entrada do centro histórico, no terminal turístico.

Portanto, você e seus alunos terão que caminhar aproximadamente 10 minutos para chegar ao centro histórico. Esse trajeto contempla a vista da baía da Babitonga e de diversos casarões históricos.

Aproveite a caminhada para iniciar uma explicação sobre a cidade, a terceira mais antiga do Brasil. Além do Museu Nacional do Mar, você pode aproveitar o trajeto e visitar o Mercado Municipal e a Igreja Matriz.

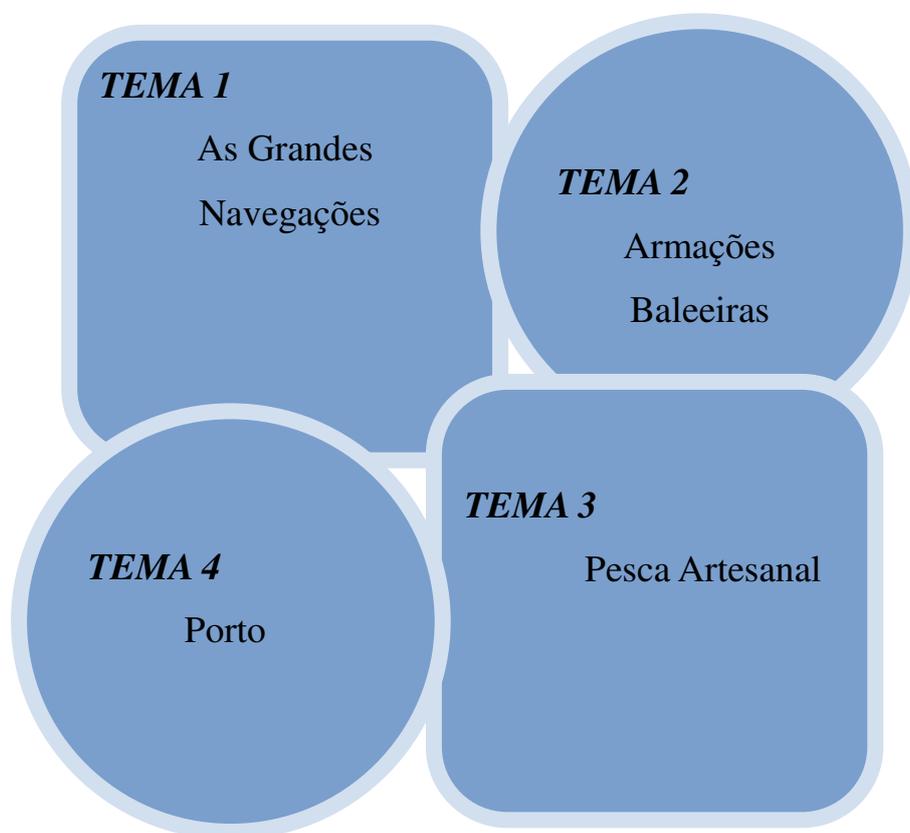


Vista do centro histórico e da Baía da Babitonga. Ano, 2019. Fonte: a autora.

Professores,

Esta proposta é dividida em quatro temas que possuem propostas de desenvolvimento com indicação de materiais e atividades para enriquecer a aprendizagem histórica dos seus alunos.

Os temas são:



TEMA 1

As Grandes Navegações

Ao visitar o Museu Nacional do Mar, vocês vão acessar uma narrativa sobre a história das navegações, que não se refere apenas ao período que nomeia este tema, mas as mais diversas formas de navegação já empreendidas. Já na entrada do Museu, os alunos são acolhidos com uma roda de conversa e uma contação de história sobre a suposta origem da navegação.



Figura 2: Entrada do Museu Nacional do Mar. Foto: a autora, ano 2018.

A visita se inicia com a observação de um tronco de madeira (observado na foto acima, imagem 2), que representa a forma primária de interação humana com a navegação. Logo em seguida, os alunos podem observar vários objetos da vida material em alto mar, como a bússola. Este, por exemplo, pode

ser um dos objetos de análise, já que sua origem e utilização podem ser contextualizados em diferentes períodos históricos.

Ao lado, estão às réplicas⁸ de vários barcos, naus e caravelas de diferentes povos do mundo, como os vikings, gregos, mesopotâmicos e egípcios. Estes são alguns dos povos que tem sua história da navegação ali representada.

Estas primeiras réplicas nos dão conta da importância e da amplitude das navegações na história humana, desde o povoamento do mundo, até as trocas culturais, sem esquecer-se da exploração, escravização e da colonização.

Para iniciarmos o desenvolvimento dessa metodologia, passamos agora a compreender questões ligadas às Grandes Navegações. Iniciadas no século XV, elas estabelecem um marco na ruptura de um sistema feudal e de escambo para a consolidação de um sistema mercantil e monetário, além de firmar novas formas de relações de trabalho.

⁸Estas réplicas foram desenvolvidas para o acervo do museu, por artistas da cidade e da região que se dedicam ao modelismo náutico. No museu é possível ver a oficina onde os artistas realizam seu trabalho.

Continuando nossa visita pelo museu, é possível observar, nas salas seguintes, várias réplicas de embarcações, como as da imagem abaixo, que exemplificam a magnitude e o desenvolvimento necessário dos barcos, naus e caravelas neste período. Uma vez que, ocorrida a ampliação do comércio e a descoberta de novas rotas marítimas e terras, o fluxo de mercadorias e pessoas tornou-se mais intenso. Portugal e Espanha, países pioneiros nas navegações transatlânticas foram responsáveis em grande parte pelo amplo desenvolvimento das tecnologias de navegação, tais como mapas, o aperfeiçoamento das embarcações e a melhoria da bússola, especialmente pelos árabes e suas contribuições para o seu desenvolvimento, além de colonizarem os locais “descobertos” em seus empreendimentos marítimos.

A colonização mais tarde foi empreendida não somente por estes, mas por outros países como a França, Holanda, Inglaterra, que potencializaram suas frotas navais a fim de aumentar seus ganhos com a comercialização das matérias primas e dos produtos advindos de outras partes do mundo. Nas imagens abaixo, que trazem o exemplo de três grandes embarcações e uma embarcação de bandeira francesa, você professor e seus alunos poderão observar que estes empreendimentos marítimos eram muito custosos e exigiam uma grande preparação, tanto por parte dos navegadores, quanto daqueles que financiavam as viagens, e de seus marinheiros. As embarcações retratadas pelo modelismo náutico trazem uma riqueza de detalhes que nos permitem compreender as funções e os objetos da cultura material utilizados pelos navegantes.

Peça aos seus alunos que observem atentamente as embarcações e assim, possam compreender as minúcias do trabalho artesanal desenvolvido e os objetos retratados, como arpões, redes e barris.



Figura 3: Modelismo náutico. Embarcações de navegação. Foto: a autora, ano 2018.



Figura 4: Modelismo náutico. Embarcação de navegação, de bandeira francesa.
Foto: a autora, ano 2018.

O impacto ocasionado pelas navegações vai além das questões econômicas, objetivo primeiro de seu empreendimento. Queremos chamar atenção aqui para as relações de trabalho estabelecidas nestas condições, e destacamos: a escravidão. Decorrente da captura de pessoas em território africano e transporte à força para diversos pontos de colonização do mundo, exemplificando aqui as várias formas de dominação, extermínio e exploração do mundo a partir desse período.

Como sugestão de leitura para você professor, e seus alunos, indicamos o livro “Dicionário da escravidão e liberdade: 50 textos críticos” em que Rafael de Bivar Marquese, intitulado “Economia Escravista Mundial” disserta sobre a construção da escravidão brasileira e seu paralelo com a escravidão mundial.

“...Portugal e Espanha trouxeram uma inovação importante em relação aos padrões mediterrâneos, associando a produção açucareira ao trabalho dos africanos escravizados. Ainda que houvesse emprego ocasional de cativos na indústria açucareira no mediterrâneo medieval, a conjugação estreita entre escravidão negra e açúcar branco foi uma criação atlântica ibérica que precedeu a colonização da costa nordeste do Brasil” (MARQUESE, p.204 2018)

É importante que você e seus alunos articulem neste ponto as questões relacionadas às mudanças na configuração do trabalho dos escravos. Significativamente, a exploração e extração do ouro na região das Minas Gerais fez desenvolver uma nova base econômica na região, seja ela para manutenção e subsistência do lugar, quanto na alteração das necessidades escravistas.

Todas as questões expostas, talvez não sejam novidades para você professor, mas gostaríamos de chamar sua atenção para uma questão em especial: como chegavam aqui os africanos escravizados? Reparem e auxiliem seus alunos a compreender que uma parte muito importante de nossa história naval não é abordada pelo museu. Podemos nos indagar: Porque os navios negreiros não estão representados nessa exposição? Que tipo de viagem eles faziam? O que eles transportavam?

Compreender as ausências de um acervo também possibilita diversas problematizações para você, e seus alunos. Esperamos que com estas informações, você consiga promover uma ação educativa, explorando o acervo exposto do museu, sobre a ótica das Grandes Navegações e chamando atenção para as questões da escravidão no mundo e no Brasil, como elencadas no texto. Assim, será possível estabelecer um paralelo entre a história global e nacional, neste primeiro momento, e em seguida compreender que todo espaço de memória como o museu também é um espaço de lutas, onde visibilidades e ausências devem ser questionadas. Bem como poderão chamá-los a compreensão dos diferentes modos de subsistência no Brasil, como em Santa Catarina que neste período, se empreendia a caça às baleias, outra forma de sustento e subsistência dessa região, em específico de região litorânea, como veremos a seguir.

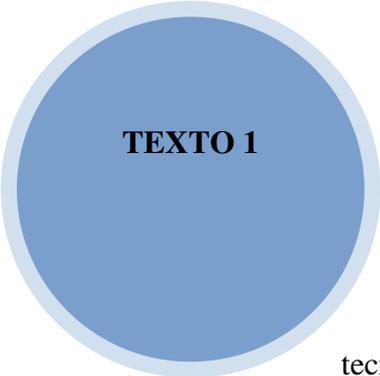


MATERIAL DE APOIO

➤ Textos auxiliares

Os artigos elencados nesta sessão, presentes em todos os temas, foram escolhidos tendo como premissa a sua preparação professor, para as aulas sobre o tema.

Sabendo como é volumoso o seu trabalho em sala de aula, estes textos foram escolhidos por tratarem das temáticas que poderão ser observadas por você e seus alunos, tanto em sua visita ao museu, quanto para contribuir com o entendimento da metodologia aqui proposta e para seu enriquecimento pessoal e profissional. A seguir, os títulos e resumos dos mesmos, para que você possa gerir suas leituras.



TEXTO 1

As Grandes Navegações e o Descobrimento do Brasil

WANESSA DE SOUZA

No texto a autora, aborda de maneira didática o contexto do início das grandes navegações, período de descobrimentos e avanços tecnológicos, além de um período de início da dominação cultural e religiosa dos europeus sobre os povos e terras descobertas.

Sugerimos este texto como uma forma de introdução ao conteúdo, pois o mesmo também aborda a chegada dos portugueses ao Brasil, o que pode lhe ajudar, a iniciar um novo conteúdo em sala de aula.

Disponível

em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/asgrandesnavegacoeseodescobrimientodobrasil.pdf>.

IMAGEM 1

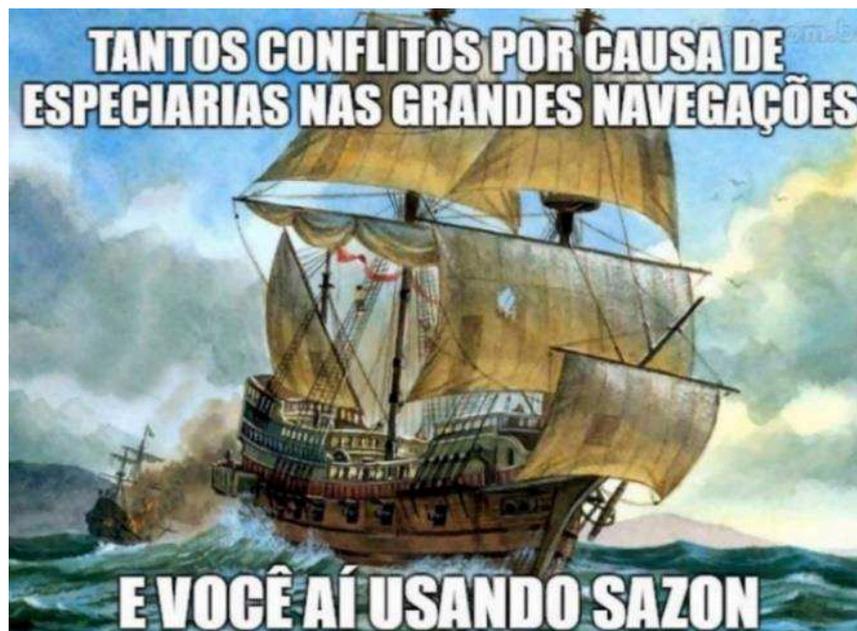


Disponível em: <https://br.pinterest.com/pin/367676757058099042/?lp=true>

Com esta imagem, que se trata de um mapa mental sobre a transição do feudalismo ao capitalismo comercial você, professor, poderá iniciar a discussão com alunos sobre as mudanças provocadas na economia e na sociedade a partir das Grandes Navegações. Analisando os conceitos que surgem a partir deste

período, durante as aulas, você poderá entender as mudanças na dinâmica das sociedades, bem como na sua relação com o trabalho. Como sugestão, poder ser feita uma pesquisa sobre as principais profissões à época e como estas atuavam no desenvolvimento dessa nova forma de viver em sociedade.

IMAGEM 2



Disponível em: <https://imagohistoria.blogspot.com/2017/11/memes-de-humanas-grandes-navegacoes.html>

Professores sabemos que hoje no ensino de história temos que estar atentos a realidade dos nossos alunos, portanto, sugerimos o uso do meme acima como forma de despertar nos alunos o questionamento a respeito da importância e das consequências das navegações para as mudanças ocorridas não apenas nas questões sociais, econômicas e de trabalho pelo mundo, mas

também nas formas de alimentação e circulação de alimentos pelo mundo.

A sugestão do uso do meme parte da ideia de pesquisar as comidas típicas de alguns países e investigar sua origem, para que assim, eles possam compreender como as navegações contribuíram significativamente para a formação cultural das sociedades.

Para a criação de memes, sugiro que vocês professores procurem, na loja de aplicativos de seus celulares e baixem um dos centenas de aplicativos que tem a função com templates e formatações diversas para o uso didático. O objetivo é possibilitar o correto uso destas imagens que hoje fazem parte de uma nova forma de ver, pensar e se expressar sobre o mundo.

SITE

No site do Geledés Instituto da Mulher Negra, é possível encontrar uma lista com diversos nomes de navios negreiros que aportaram no Brasil, e em sua leitura encontrar um breve histórico de cada navio. O que chama atenção nessa lista são os nomes dados aos navios, as escolhas beiram o cinismo de seu tempo. Como exemplo, temos: Amável Donzela (1788 a 1806), Boa Intenção (1798 a 1802), Brinquedo dos Meninos (1800 a 1826) e Feliz Destino (1818 a 1821).

Propomos aqui professor, que você e sua turma possam em suas aulas problematizar questões referentes ao uso de nomes das embarcações que faziam a travessia atlântica da África para o Brasil. Esta pesquisa poderá auxiliar seus alunos a compreenderem além do cotidiano, os números de vidas impactadas por estes empreendimentos e também refletir sobre as histórias desses sujeitos, impactados por essa diáspora. Uma vez que, como já exposto, o museu não trata desta questão, é nosso dever enquanto professores/historiadores promovermos este debate.



Figura 5: Foto de um navio negreiro em 1882, feita por Marc Ferrez.

Material disponível em: <https://www.geledes.org.br/lista-navios-negreiros-cinismo-comerciantes-seres-humanos-oceano-atlantico/>



ATIVIDADES DIRECIONADAS

Como complemento, ou fechamento do tema, sugerimos que ao retornar à sala de aula, você professor e sua turma possam:

Realizar um debate acerca da importância das navegações, considerando o que foi lido nos textos complementares e observado pelos alunos no Museu, no que diz respeito ao aperfeiçoamento das embarcações e dos objetos utilizados nas mesmas. Sugerimos para início do debate a seguinte questão: Quais os impactos positivos e negativos dos empreendimentos marítimos?

Copie algumas das respostas no quadro e em seguida, peça para que eles argumentem sobre as respostas que deram. Espera-se que com essa atividade os alunos possam compreender as nuances desse processo e ao mesmo tempo problematizar questões referentes ao tráfico negreiro, por exemplo.

Por fim, sugere-se a construção de relatório sobre as ações educativas realizadas ao longo do dia, registrando questões relacionadas ao acervo do museu, da cidade e das impressões dos alunos sobre os locais.

Outra possibilidade é fotografar o museu e seu entorno, e após a ação educativa montar um mural sobre a visita, destacando a impressão e considerações dos alunos sobre ela.



ATIVIDADES COMPLEMENTARES

TEMA 2

As Armações Baleeiras

Na história econômica de Santa Catarina podemos destacar as armações baleeiras como a principal atividade desenvolvida no litoral catarinense na segunda metade do século XVIII, em articulação com a nova fase da colonização portuguesa que construiu fortificações na Ilha de Santa Catarina e trouxe açorianos para povoar as vilas do litoral. A caça às baleias, hoje proibida por lei⁹, se destacou por décadas como uma das principais formas de sustento e desenvolvimento em nosso litoral, tendo exercido papel importante na constituição de diversas vilas, como o caso de Desterro, hoje nossa capital, Florianópolis, mas também Penha, Imbituba e Garopaba.

Para entendermos a constituição das armações baleeiras é preciso contextualizar essa atividade. Estudos recentes vêm sendo desenvolvidos para o aprofundamento das questões que nos permitam compreender o significado e o impacto das armações baleeiras na história de nosso estado.

As armações estabelecidas em Santa Catarina foram fundadas em posições estratégicas em nosso litoral e possibilitaram o desenvolvimento de diversos núcleos de povoamento, em torno das

AS ARMAÇÕES BALEEIRAS NA CONFIGURAÇÃO DA COSTA CATARINENSE EM TEMPOS COLONIAIS

Fabiana Comerlato

Resumo: As armações eram núcleos populacionais, ativos no Brasil Meridional nos séculos XVIII e XIX, voltados para a pesca da baleia e o beneficiamento das partes economicamente interessantes deste cetáceo. O objetivo primordial deste estudo é identificar as armações da pesca da baleia na paisagem litorânea catarinense proporcionando informações referentes aos seus aspectos sociais, espaciais e ambientais. O estudo analisa ainda com mais precisão a distribuição espacial das atividades humanas e o seu contexto material. Este trabalho propõe-se a perceber as armações não somente como espaços de produção de óleo de baleia, mas como espaço social marcado por uma sazonalidade nas atividades. Através desta pesquisa observamos a complexa distribuição espacial das armações, que seguiam um plano comum básico.

Palavras-chave: Armação; Baleia; Santa Catarina.

CORMELATO, Fabiana. **As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais.**

Disponível em:

http://novonea.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Artigo-Fabiana_Arma%C3%A7%C3%B5es-Baleeiras.pdf. Acessado em 13/05/2019.

⁹ Lei Federal n.º 7.643, de 18 de dezembro de 1987.

instalações necessárias para a caça e processamento do óleo da baleia. A maioria da mão-de-obra empregada nas armações era de escravos, adquiridos diretamente do Rio de Janeiro, mas as armações contavam também com trabalhadores livres.

As relações de trabalho estabelecidas nessas armações eram condicionantes da importância de sua atividade. Trabalhadores livres e escravos detinham funções especializadas nas atividades de caça e de extração do óleo.

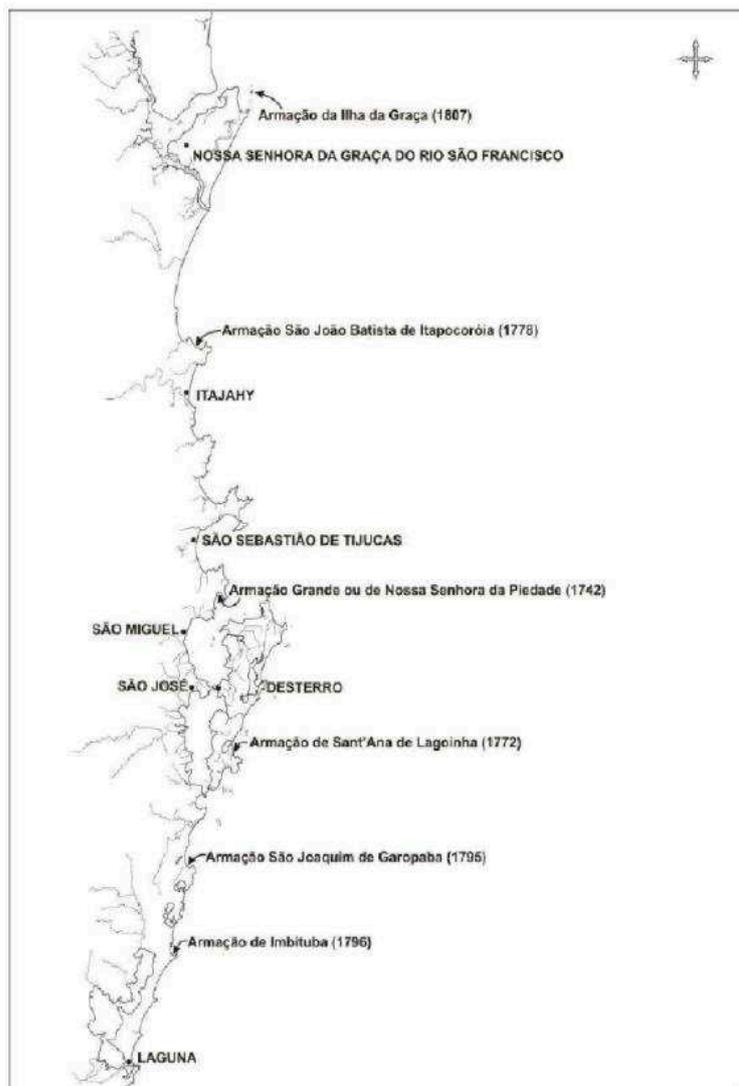


Figura 6: Mapa das Armações Baleeiras no Litoral Catarinense. Fonte: MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti; ZIMMERMANN, Joseane (Org.) **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2013, p. 46. Mapa elaborado por Miriam Karla Machado.

Conforme o mapa acima é possível compreender que, durante seu período de ascensão econômica, esta atividade teve destaque em nosso litoral. Heranças culturais e resquícios dessa atividade ainda podem ser encontradas (conforme o vídeo disponível na sessão complementar), nas construções ribeirinhas e na memória dos descendentes que vivem nessa região.

A prática da pesca baleeira em Santa Catarina, assim como em dezenas de outros pontos das províncias dos séculos XVII e XVIII na América Portuguesa, era atividade importante para obtenção do óleo, usado para iluminação e também na manutenção de construções.

A utilização de óleo de baleia na construção pode ser observada por seus alunos na visita ao centro histórico da cidade de São Francisco do Sul, onde a Igreja Nossa Senhora da Graça (material complementar 1) fora construída e impermeabilizada originalmente com o óleo de baleia. O principal uso do óleo de baleia foi, até pelo menos o final do século XIX, o de combustível para a iluminação noturna, sendo substituído pelo querosene.

No museu, a ação educacional direcionada a este tema se inicia pela observação do diorama (imagem 7) do barco a remo, com pescadores, incluindo um negro que nesse contexto possivelmente era escravizado. A representação indica o mar revolto, as gaivotas pelo ar, e à frente o pescador com seu pequeno arpão para enfrentar a gigantesca baleia. Essa exposição heróica do pescador, e a disposição da cena devem ser atentamente observadas e problematizadas, uma vez que é de suma importância compreendemos que esta cena teve de ser montada para expressar alguns dos movimentos que antecederiam a caça, como descrito no trecho acima. Indague seus alunos sobre as diferenças que podem ser apontadas entre a escrita histórica e a representação cênica observada.

Para a compreensão da atividade da pesca da baleia no contexto de Santa Catarina, e seguindo a temática da História do Trabalho, sugerimos a você, professor, como forma de introdução à visita ao Museu Nacional do Mar, que realize previamente a leitura do capítulo II, do livro História Diversa, de autoria de Fernanda Zimmermann, indicado acima. Este capítulo descreve as várias questões relacionadas à pesca, ao processamento e ao cotidiano de uma das armações baleeiras de Santa Catarina: a da Lagoinha, na Ilha de Santa Catarina.

Capítulo 2: Armação baleeira da Lagoinha: uma grande unidade escravista

Fernanda Zimmermann

Neste texto a autora descreve como a armação da lagoinha se constituiu como uma grande unidade escravista de este período. O texto ajuda a compreender que mesmo que por muitos anos na historiografia os negros foram relegados e esquecidos eles estavam presentes e foram atuantes na constituição da economia também em Santa Catarina.

ZIMERMANN, Fernanda. **Armação baleeira da Lagoinha: uma grande unidade escravista**. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/545502/mod_resource/content/1/armacao.pdf. Acessado em: 12/05/2019.

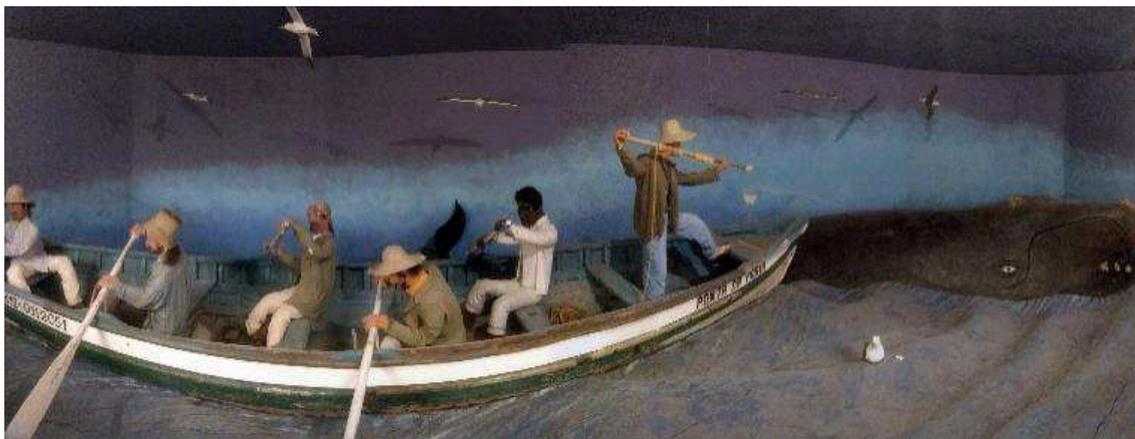


Figura 7: Diorama representando a caça às baleias no Museu Nacional do Mar. Fonte: Acervo da autora, 2018.

O trecho a seguir, poderá ser utilizado como forma de introdução ao entendimento do processo de caça às baleias.

“Uma vez avistado o animal, os remadores – em geral, dez a doze homens, quase todos escravos – se posicionavam e começavam a remar. À frente, o baleeiro, ou arpoador, carregava um arpão peado de ferro. De pé, se firmava e equilibrava, conduzindo o barco no itinerário da caça. A baleia se movimentava, mas era guiada incansavelmente. Se o animal estivesse acompanhado de seu filhote, o abate seria mais fácil, pois se atingindo o pequeno animal, era bem provável que a baleia-mãe fosse ao seu encontro e se transformasse em presa fácil sendo assim, primeiramente o arpoador acertava o lombo do filhote e o trazia para frente rente a embarcação. Com a aproximação da mãe esta era então capturada. Caso não houvesse filhotes, o animal era perseguido até a aproximação do arpoador, que arremessava a lança em sua direção – a função do arpoador era exercida sempre por trabalhadores livres. Arpoado o animal, baixava-se as velas, se recolhiam e suspendiam os remos. A Cord que prendia o arpão era atada a ponta externa da proa da embarcação, que seguia o animal ensanguentado. Morta, a baleia era rebocada por um cabo atado a sua cauda e puxado pela baleeira até o local mais raso da praia. (Zimermann, p.54, 2013)

Ao visitar o Museu Nacional do Mar e observar o diorama (imagem 6), os estudantes terão melhores condições para compreender a organização do trabalho numa armação, que era uma unidade econômica complexa à época.

Após o retorno da viagem de estudos, sugerimos novamente a leitura das páginas seguintes do capítulo de Zimermann (2013) intitulado: “As divisões das tarefas e arranjos de trabalho livre e escravo”. Com a leitura e a visita ao museu, os alunos poderão tecer relações e promover reflexões sobre as funções dos trabalhadores e a hierarquia entre eles, assim como sobre seu cotidiano e mesmo suas ferramentas de trabalho.

Problematizar as relações de trabalho, as profissões existentes na época e as tensões existentes nas relações entre escravos e livres, a prática da pesca artesanal, a produção de bens

materiais ou, ainda, a pesca baleeira, são exemplos de algumas das possibilidades que podem ser discutidas com os alunos sobre a atividade pesqueira.

As sugestões acima partem das possibilidades observadas, e objetivam contribuir para a ampliação das suas possibilidades de compreender o entendimento dos alunos sobre a visita realizada, além de permitir a finalização de um trabalho já iniciado antes da ação educacional.

Perceba professor, que nesta sessão procuramos definir uma forma diferenciada para a visita ao Museu, que focou em apenas uma das salas, e na igreja matriz da cidade. E que objetivou destacar o uso de leituras historiográficas para que possamos estimular os alunos a leitura e o pensamento crítico com a escrita da história.

Comprendemos que esta possibilidade de visita e leitura estimula a percepção dos alunos no entendimento dos conteúdos diários vistos em sala de aula, com a escrita historiográfica que por muitas vezes parece distante de sua realidade, mas que pode ser uma fonte rica de estímulo para despertar o senso crítico e aguçar os sentidos de sua realidade.

Da pesca das baleias, passamos adiante com a análise da importância da pesca artesanal para a subsistência e o desenvolvimento das áreas litorâneas do país, já que o Museu Nacional do Mar contém o maior acervo de embarcações desse tipo do Brasil.

MATERIAL DE APOIO

IMAGENS



Figura 8: Fachada da Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça. Fonte: a autora. Ano 2018.



Figura 9: Interior da igreja em estilo neoclássico e barroco. Fonte: a autora. Ano 2018.

A Igreja Matriz Nossa Senhora da Graça, localizada no centro histórico de São Francisco do Sul, nos seus 350 anos de história conta um capítulo sobre o desenvolvimento da terceira cidade mais antiga do Brasil. Sua história se inicia em 1553, e perpassa diversos momentos da história da vila, que se tornaria cidade. Sua construção, ou melhor, as fases de sua construção nos remetem a vários momentos históricos distintos do Brasil, e de Santa Catarina.

Durante a visitação, os alunos poderão observar as formas de construção da mesma,

bem como os ricos detalhes do seu altar. Aproveite este momento para chamar atenção dos alunos às diferentes expressões artísticas, e para a importância do uso do patrimônio cultural. Nessa construção, o uso do óleo da baleia encontra-se como um dos materiais utilizados. Diz-se com frequência que o óleo seria utilizado entre os componentes da argamassa para as construções da época. Mas, na verdade, era utilizado como impermeabilizante, pois na região, a umidade do ar é alta, o que ocasiona a proliferação de mofo e infiltrações na construção.

IMAGEM 3



Figura 10:

Pescadores à frente e em cima de uma baleia. Pesca da baleia na Armação de Imbituba/SC, nos anos 50 Foto de João Hipólito do Nascimento (1920-1992).

Esta imagem poderá ser utilizada na introdução do trabalho, como forma de instigar os alunos ao assunto aqui abordado. Conforme as informações apresentadas na legenda da foto, propomos que você projete ou entregue a imagem aos seus alunos e peça a eles que descrevam e analisem quando e em que circunstâncias a cena dessa foto aconteceu. A partir de suas respostas é possível que você introduza o texto trabalhado na sessão anterior, e depois reproduza o vídeo apresentado anteriormente.

Ao final da abordagem do tema, outra sugestão é contextualizar com os alunos a charge apresentada a seguir, para auxiliá-los a compreender os processos de mudanças e permanências históricas.

IMAGEM 4



Figura 11: Charge representando a rejeição da caça às baleias. Disponível em: https://twitter.com/nd_online/status/1040977646673248257

A imagem acima pode ser contextualizada com seus alunos para refletir sobre os retrocessos que por vezes são nos apresentados em relação à proteção e caça a baleia. A charge representa a tentativa ocorrida em 2018 de aprovar a caça às baleias no litoral brasileiro. Aproveite para instigar os alunos a realizarem uma pesquisa sobre:

- 1) Os defensores e os críticos da caça às baleias no Brasil e seus motivos;
- 2) Os países que ainda hoje permitem a caça às baleias, problematizando com os alunos as implicações históricas desse processo.

VÍDEO

Armações - No tempo das armações baleeiras



Armações - No tempo das armações baleeiras

339 visualizações



14



1



Compartil...



Download



Salvar

Descrição: Vídeo apresentado como TCC no curso de Jornalismo da UFSC trazendo um panorama completo das inúmeras indústrias de processamento de óleo de baleia no litoral brasileiro.

Produção/Reportagem/Roteiro/Edição: Dilson Branco e Rafael Carvalho

Projeto Gráfico: Augusto Fornari Veiras

Ilustração: Clóvis Geyer

Orientação: Fernando Crócomo.

Esse é um ótimo material para você professor iniciar uma discussão em sala sobre a importância dessa atividade comercial. Aproveitando também para destacar a importância da preservação do patrimônio cultural, para o entendimento desse processo.

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=AAGr5oQRW8Q&t=1511s>.



**ATIVIDADES
COMPLEMENTARES**

Como complemento, ou fechamento do tema sugerimos, que ao retornar à sala de aula, você professor e sua turma possam:

- 1) Realizar um debate acerca da pesca das baleias, considerando o que foi lido nos textos complementares e observado pelos alunos no Museu sobre aspectos históricos da importância econômica da caça às baleias e das mudanças históricas ocorridas para que hoje esta prática esteja banida na maior parte do mundo. Essa ideia poder ser incorporada e desenvolvida interdisciplinarmente com a disciplina de ciências.
- 2) Assistir ao vídeo proposto e problematizar questões referentes a preservação do patrimônio histórico, utilizando como referência o que foi visto na cidade de São Francisco do Sul;

Tema 3

A Pesca Artesanal

Das pequenas canoas aos grandes navios observados pelos alunos das janelas do museu, as mudanças ocorridas na forma e nas relações estabelecidas com o mar e o sustento proveniente dele, nos levam as problematizações aqui propostas.

A pesca artesanal, que se caracteriza por ser realizada próxima a costa, em rios ou lagos, com pequenas embarcações e onde o trabalho familiar predomina, é uma das formas mais comuns do trabalho pesqueiro no Brasil e em Santa Catarina.

Por isso, sugiro que você professor oriente seus alunos para a observação da forma de construção das canoas ou barcos de pesca expostos no museu, especialmente aqueles que conseguimos compreender que são utilizados para a pesca artesanal. Pois o mesmo pode variar de acordo com as características da região e em que ela será utilizada (como observado nas salas localizadas na segunda parte da visita ao museu).



Figura 12: Modelismo náutico, barcos de pesca. Foto: a autora, ano 2018.

Numa rápida observação do acervo exposto do museu, é possível perceber que as mudanças ocorrem muitas vezes de forma sutil, por isso, peça para seus alunos anotarem o que puderem observar, como já mencionado anteriormente, nas modificações ocorridas nos pequenos barcos de pesca que representam a pesca artesanal e, uma vez que volta a sala de aula, instigue-os a pesquisar os diferentes processos de fabricação das canoas e barcos pelo Brasil. Como estamos no maior museu em número de peças sobre a temática, o mesmo

possibilitará compreender a proposta do trabalho de forma ampla e abrangendo as diversas regiões do país. Como sugestão, você professor pode separar seus alunos e grupos, e dividi-los entre as cinco regiões do país para facilitar a pesquisa e a abrangência.

Observadas essas diferenças, na continuidade da visitação, encontraremos o diorama de proporções reais que está exposto no térreo do museu ao lado das grandes embarcações, onde é possível que você observe com seus alunos o cotidiano dos pescadores em Santa Catarina.



Figura 13: Diorama representando trapiche de pescadores de Laguna- SC. Foto: a autora, ano 2018.

Na imagem acima, é possível perceber a apresentação de objetos da cultura material da vida dos pescadores artesanais de Santa Catarina, mais especificamente na região sul do estado, em Laguna, conforme descrito nas placas informativas sobre o mesmo, e a preparação necessária que antecede a ida ao mar. Analise com seus alunos a representação elaborada pelo museu, sua disposição espacial dos objetos e da rotina dos pescadores, problematize e os instigue a pensar se aquela seria uma posição útil aos pescadores no cotidiano de trabalho, ou se apenas faz sentido no contexto de um cenário museográfico. Após essa análise, propomos que a partir dessa observação, você peça aos alunos que anotem ou fotografem os objetos observados e que na volta à sala de aula, se organizem para pesquisarem, com o objetivo de compreenderem a função e importância de cada um para a prática da atividade pesqueira.

Esperamos assim, ser possível uma problematização com seus alunos das diferentes questões da pesca artesanal e de seu cotidiano. Questões estas que serão levantadas pelos próprios alunos, uma vez que, de acordo com a região ou lugar que você professor aplicar este eixo, estas podem variar, e assim será possível compreender diferentes realidades pesqueiras a

partir da primeira pesquisa realizada sobre os diferentes barcos de pesca observados, possibilitando uma ligação entre o acervo observado e a realidade de cada lugar.



Figura 14: Miniatura representado a construção de canoas à beira mar. Foto: a autora, ano 2018.

Na imagem da miniatura acima, é possível que os alunos observem uma representação do processo artesanal de confecção de uma canoa, no espaço cotidiano dos pescadores. Canoas como esta poderão ser observadas pelos alunos nas salas subsequentes da visita, em tamanho real. Organizadas e expostas nesta grande sala, elas podem ser problematizadas considerando-se que as mesmas são provenientes de diversas regiões do país. Assim, diferenças e semelhanças regionais podem ser observadas, anotadas e analisadas posteriormente pelos alunos no retorno a escola.



Imagem 14-Diorama representando o rancho dos pescadores artesanais. Fauna praiana, objetos da cultura material e imaterial.

Foto: a autora, ano 2016¹⁰.

O diorama acima, rico em detalhes sobre a vida cotidiana dos pescadores, reforça mais uma vez a importância da cultura material desses povos, lembrando que, esta representação não faz jus a todos os grupos de pescadores do Brasil, apenas representa elementos comuns de uso dos pescadores. Elementos da vida a beira mar são representados de maneira a enriquecer o entendimento dos alunos da variedade e amplitude dos artefatos necessários para a pesca e para a sobrevivência seja em alto mar, ou na pesca costeira. Além de tratar destas questões do cotidiano, a fé dos pescadores também é representada. O museu escolheu retratar esta questão, através da figura de uma mulher mais velha, chamada Sebastiana, mulher esta, que detém os conhecimentos dos chás, erva e rezas, a tradição da religiosidade no litoral catarinense, identificada como benzedeira ou rezadeira que é estudada por pesquisadores a partir da segunda metade do século XX. Da mesma forma, como exposto no rancho dos pescadores acima, problematize com seus alunos a disposição geral dos objetos da cultura material dos pescadores, e em seguida proponha que eles fotografem um dos objetos, para posteriormente pesquisar sua função, e analisar se este se encontrava num lugar próprio para sua função dentro do cotidiano dos pescadores.

Essa relação é apresentada no segundo andar do museu¹¹, com o esquete sobre a Sebastiana, uma

De artesanato a tradição: a preservação da prática da Renda de Bilro na Ilha de Santa Catarina

Geovana Alves da Luz

Resumo

O trabalho teve por objetivo estudar a renda de bilro praticada em Florianópolis e pesquisar as formas de resistência e tentativas de preservação dessa prática, relacionando-a com a questão do patrimônio cultural. Para isso é apresentado um breve histórico sobre a renda de bilro, como foi a sua chegada ao Brasil e a sua disseminação por alguns estados do país. Serão apontadas algumas mudanças pela qual a renda de bilro passou ao longo dos anos, como o ensinar e o aprender que antes era passado de mãe para filha e atualmente é passado por meio de oficinas. E serão apresentados também alguns fatores que foram importantes para a continuação dessa prática. Serão abordadas questões acerca do patrimônio cultural, assim como o Decreto Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937 e o Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, criados com o objetivo de preservar o patrimônio cultural. Por fim, será apresentada a relação da renda de bilro com o patrimônio cultural e serão apresentadas também as ações de preservação dessa prática, onde foi possível perceber que nos últimos anos houve um aumento do interesse por parte do poder público em criar ações para preservar a renda de bilro e valorizar as rendeiras.

Palavras-chave: Patrimônio Cultural. Preservação. Renda de Bilro. Florianópolis.

LUZ, Geovana Alves da. **De artesanato a tradição: a preservação da prática da Renda de Bilro na Ilha de Santa Catarina**. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171278/TCC_geovana_alves_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em 15/05/2019.

¹⁰Diorama atualmente fechado para a manutenção.

¹¹ A localização de objetos no museu pode variar de acordo com o espaço disponível no mesmo e com a organização espacial atual dele.

boneca que é apresentada por uma das guias do museu que conta um pouco de sua história e do trabalho das mulheres enquanto os seus homens (maridos, filhos e netos) estavam em alto mar.



Figura 15: Boneca em tamanho real que representa Sebastiana, sua fé e trabalho na renda de bilro. Foto: a autora, ano 2018.

Sebastiana, mãe e mulher de muita fé passa seus dias rezando pelos seus e rendando. A renda de bilro, típica do litoral catarinense, torna-se uma das fontes de renda da família, hoje sendo exportada para vários países. O que nos apresenta outra forma de trabalho e sustento das famílias, já que por vezes os homens poderiam retornavam da pesca sem muito que vender. Quando encontrarem Sebastiana pelo museu, sugerimos que você e seus alunos indaguem a ela sobre outras pessoas que ficavam à espera dos homens enquanto os mesmos iam ao mar, e suas funções em terra.

Sugerimos que leia o texto complementar número um, que aborda a questão da renda de bilro em Florianópolis que lhe ajudará a entender a importância dessa prática para a manutenção do patrimônio cultural imaterial de nosso estado.

Depois de entendermos as relações dos homens e das mulheres com o mar, através da pesca artesanal e da confecção de renda de bilro, seguimos para o fechamento desta metodologia, com as considerações sobre o porto.

VÍDEO

Pesca de Tainhas com ajuda dos Botos. Laguna, SC



Pesca de Taínhas com ajuda dos Botos. Laguna SC

2 mi de visualizações



4,5 mil



783



Compartil...



Download



Salvar

Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=zPAmRB0jHNc>

Este vídeo gravado em Laguna- SC, com apenas 3 minutos, mostra de maneira simples a ajuda que os botos dão aos pescadores da região na captura de tainhas por meio de tarrafas. Os botos circundam os cardumes sinalizando aos pescadores sua localização e fazendo assim com que a captura seja rápida e muito eficiente. Com este vídeo, propomos que você Professor possa instigar os seus alunos a compreenderem as diferentes relações que podem ocorrer entre humanos e animais, na relação com a natureza, o trabalho e o sustento. Chame a atenção de seus alunos sobre estes pontos, peça que eles relacionem outras formas de interação do ser humano com os animais de uma maneira recíproca.

IMAGEM 1



Figura 16 :Diorama de proporções reais em uma das salas do museu que representa a noite em alto mar. Foto: a autora, ano 2018.

Como já apresentado no texto, os homens que viviam do mar, também viviam no mar. A imagem acima, representa uma família que está passando uma noite em alto mar. O diorama apresentado fica em uma das últimas salas

do museu e ajuda a entender o cotidiano de pescadores que passavam suas noites em alto mar na pesca. O diorama fica numa sala escura, com som ambiente e as pessoas são representadas por bonecas em tamanho natural.



Figura 17: Imagem: 12 Charge publicada no Jornal Notícias do Dia, edição da Grande Florianópolis, 20 de agosto de 2015. Autor: Luiz Mendes. Disponível em: <https://ndonline.com.br/charges?ano=2015&page=1&mes=08>

A charge acima pode ser analisada de diferentes maneiras. Compreender os elementos presentes, e seu contexto, se faz necessário para que os alunos possam aguçar seu senso crítico em relação, ao que para eles, muitas vezes são apenas desenhos na contracapa do jornal. Sugerimos professor, que você instigue seus alunos a pesquisarem o contexto que deu origem a esta charge, partindo da data apresentada na legenda, e do site em que ela está

disponível, assim, propomos que com a pesquisa realizada e compreendido o contexto geral deste momento, eles possam criar suas próprias charges sobre o tema.



ATIVIDADES DIRECIONADAS

Como complemento, ou fechamento do tema, sugerimos que ao retornar à sala de aula, você professor e sua turma possam:

- 1) Compreender as relações de trabalho, seus conflitos e arranjos no que cerne o processo de transformação das práticas de pesca, ou seja, da passagem do modo artesanal para o industrial, destacando as tensões estabelecidas neste contexto.
- 2) Pesquisar sobre as mulheres rendeiras e sua importância na vida econômica da família de pescadores;



Tema 4

Porto

O Brasil, bem como Santa Catarina, possui uma ampla área litorânea. Foi por ela que em 1504 que o francês Binot Palmier de Gonneville, chegou a São Francisco do Sul.

Situada às margens da baía da Babitonga, a cidade sofreu influência de diversos grupos étnicos em sua composição. E sua posição geográfica contribuiu significativamente para este fato. Assim, o desenvolvimento da região se deve primordialmente pelo seu contato com o mar.

Dessa forma, atividades ligadas ao mar, se desenvolveram de maneira especial nessa região. Como já mencionamos anteriormente, em 1906 Carl Hoepcke & Cia funda sua primeira filial fora de Florianópolis na cidade de São Francisco do Sul. Assim, foram construídos os galpões que abrigaram o centro de recebimento e distribuição de mercadorias da companhia, até a década de 1970.

As mercadorias que chegavam ao local, vindas de diversas partes do mundo, tais como Alemanha, Inglaterra e Estados Unidos, eram recebidas pelo píer que foi construído em frente aos galpões, dentro deles, até hoje é possível observar os trilhos dos carinhos responsáveis pelo transporte entre eles. Desta forma, a atividade portuária da cidade teve seu desenvolvimento acelerado. Este desenvolvimento se deu, justamente por São Francisco do Sul se localizar próximo a cidades como Blumenau e Joinville, que neste período passavam por intensas transformações e estavam expandindo suas áreas de produção.

Assim, compreende-se que as indústrias Hoepcke, tiveram uma grande participação e lucros com o desenvolvimento do Estado, e com expansão de seus negócios.

Hoje, conforme podemos observar na imagem abaixo a atividade portuária ainda se constitui como uma das mais importantes portas de entrada de mercadorias, gerando empregos, e impostos que movimentam a economia do estado.



Figura 18: Carl Hoepcke & Cia funda sua primeira filial fora de Florianópolis na cidade de São Francisco do Sul, assim foram construídos os galpões que abrigaram o centro de recebimento e distribuição de mercadorias da companhia, até a década de 1970.

Como observado no mapa, a região litorânea norte é a que possui a maior concentração de portos, entre eles, o de São Francisco do Sul, que pode ser parcialmente observado pelos alunos das janelas e dos fundos do Museu Nacional do Mar. Hoje, o Porto de São Francisco do Sul é uma autarquia do Governo do estado de Santa Catarina, responsável por mais da metade da movimentação portuária do estado¹². No pátio exterior interno do museu é possível observar uma parte das instalações do atual porto atente professor, seus alunos.

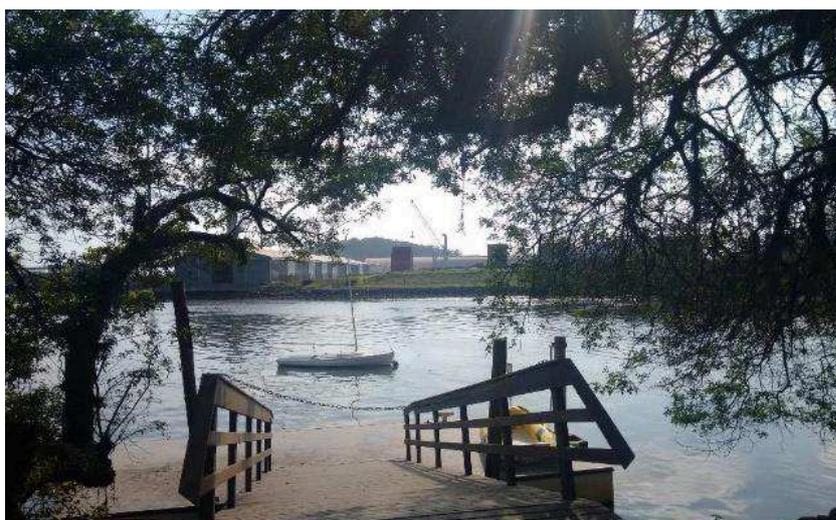


Figura 19: Paisagem exterior do museu com vista ao porto de São Francisco do Sul. Foto: a autora, ano 2018.

¹² https://www.apsfs.sc.gov.br/?page_id=46



Figura 20: Paisagem exterior do museu com vista ao porto de São Francisco do Sul. Foto: a autora, ano 2018.



Figura 21: Fotos da fachada e laterais do Museu Nacional do Mar. Fonte: a autora, ano 2018.

O Museu Nacional do Mar também impressiona por seu tamanho e pelos galpões que tomam conta dos dois lados da rua e possuem dois andares que nos possibilitam ter uma boa ideia da estrutura necessária para a movimentação de cargas e do volume movimentado naquele lugar.

Compreendida a importância da Cia Hoepcke e do porto para São Francisco do Sul, chamamos atenção para as relações comerciais estabelecidas na filial de São Francisco do Sul. O recorte de jornal abaixo, nos dá uma ideia da amplitude de mercadorias e clientes que a empresa possuía.

O DIA - Florianópolis, Domingo, 21 de Maio de 1926

End. Felipe
Hoepcke

CARL HOEPCKE & C.

Florianópolis - Filial em São Francisco

IMPORTADORES DE FAZENDAS E FERRAGENS

Agente em Florianópolis da „Hamburg-Südamerikanische Dampfschiffahrts-Gesellschaft“

Em São Francisco do „Norddeutscher Lloyd“

Correspondentes dos seguintes Bancos:

Banco Alberto Transatlântico, Rio, São Paulo, Santos.
 Brasilianische Bank für Deutschland,
 Rio, São Paulo, Santos, Fortaleza e Bahia.
 Deutsche Bank, Berlin, e Filiais
 Deutsche Ueberseeische Bank, Berlin,
 Deutsche Südamerikanische Bank, A. G., Berlin,
 Hamburg, Rio.

CONDICÕES:
 1. Para a venda -
 2. Para a compra -
 3. Para a troca -
 4. Para a entrega -
 5. Para a cobrança -

Machinas e artigos technicos de toda especie
 Únicos representantes para o Estado de Santa Catharina das seguintes fabricas:

Duerkoppwerke A. G., Bielefeld:
 Maschinenfabrik
 R. Wolf, A. G., Magdeburg-Buckau,
 Maschinenfabrik
 THE WALTER WOOD WORKS CO.,
 CINCINNATI, OHIO.

Machinas
 PARA
 PREPARAR
 MADEIRAS

Machinas
 para
 beneficiar
 café e
 arroz

moendas de canna
 Gasmotoren-Fabrik Deutz, Coeln-Deutz,
 moenda de canna e moenda de canna "OTTO" e "DIECKMANN"

SKF
 sociedade sueco-normanda de fabricação de esferas, rolamentos para
 trens e veículos
 ADLERWERKE WAGN. BEINRICH BLEYER A. G., FRANKFURT, MAIN,
 machinas para escrever e bicycletas
 Orenstein & Koppel-Arthur Koppel, A. G., Berlin,
 Trilhos, Wagões e Wagonetes

Effectuam encomendas sobre os productos
 destas fabricas aos preços originaes.

Tem sempre em stock:
 Serras de fita para fio e serras circulares,
 machinas para espremer, para fazer pastas
 e molhos, tenais,
 e diversas outras machinas
 para preparar madeiras, moendas
 para canna e alto etc.

Trilhos, desvios e wagonetes, automoveis, machinas
 para escrever, para beneficiar
 café, arroz e moendas de canna.
 Diversas machinas para trabalhar em
 serras, bombas, motores para moenda
 de canna e de água.
 BARRILETOS E REGULADORES
 WAGNERS.
 Motores pequenos para boia, desmatadoras
 Machinas para agricultura,
 aranhas, bicycletas.
 Ferramentas de toda qualidade, segaças,
 foice, machetes, rescaldores, ligeiros,
 serras para serras e serras para artigos
 de madeira, machetes, cortas, motas de
 corte, etc.

Orçamentos e plantas gratuitamente

Figura 22: Recorte do Jornal, O DIA de Florianópolis de 21 de maio de 1926. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/217549/per217549_1916_08285.pdf

Neste recorte é possível observar que a variedade de produtos abrangia igualmente uma grande variedade de clientes. Estes, que se localizavam na região de abrangência de São Francisco do Sul, como as cidades de Joinville e Blumenau, que neste contexto de início do século XX passavam por uma intensa aceleração e transformação industrial. De artigos e máquinas utilizadas no cotidiano à grandes máquinas utilizadas nas indústrias, a Cia. Hoepcke e sua filial em São Francisco do Sul, tiveram grande importância para o desenvolvimento regional.

Chamamos atenção aqui professor e gostaríamos de propor que dialogasse com os alunos sobre as formas de utilização de um mesmo espaço de acordo com as necessidades de cada momento. Chame a atenção de seus alunos para que percebam as transformações que ocorreram na estrutura dos prédios para que assim, possamos entender que a revitalização e a instituição do museu neste lugar, perpassam questões de estrutura, e alcançam questões maiores como a preservação do espaço para a salvaguarda da história, seja da companhia de

comércio e sua importância para o desenvolvimento da cidade, quanto para a preservação e manutenção do acervo do museu. Para dialogar com essa relação entre o trabalho, a cultura material e a preservação do patrimônio, você professor, pode pedir a seus alunos que observem além do museu todo centro histórico percorrido até a chegada a local. Isto os ajudará a compreender visualmente a importância da manutenção e salvaguarda destes para que possam ser fontes de estudos da história de um local.



**MATERIAL DE
APOIO**

TEXTO 1

**SISTEMA PORTUÁRIO CATARINENSE: A
CONSTRUÇÃO DOS PORTOS DE SÃO
FRANCISCO DO SUL, ITAJAÍ E IMBITUBA**

ALCIDES GOULARTI FILHO

INTRODUÇÃO

O surgimento dos portos em Santa Catarina tem a ver com a demarcação, a ocupação e o povoamento do território. A instalação dos trapiches para ancorar as embarcações era condição necessária para a manutenção dos principais núcleos populacionais que foram surgindo e se consolidando ao longo do litoral de Santa Catarina. Durante todo o século XIV e a primeira metade do século seguinte, há vários registros de embarcações que atracaram na costa catarinense, umas seguiam adiante, e outras desembarcavam expedições que seguiam para o interior.

Mas, efetivamente, foi com a fundação das vilas de São Francisco do Sul em 1658, Nossa Senhora do Desterro em 1679 e de Santo Antônio dos Anjos da Laguna em 1682 que se iniciou um fluxo regular de embarcações, consolidando a importância dos três portos para demarcar o território no lado meridional da colônia. Para a Coroa, Laguna ficava numa posição estratégica, pois dali era que partiam as expedições que seguiam para o extremo sul com intuito de apreender gados e ocupar o território, e São Francisco do Sul mantinha relação comercial com Antonina e Paranaguá.

FILHO, Alcides Goularti. **Sistema portuário catarinense: a construção dos portos de São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba**. Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E3-03.pdf>. Acessado em: 16/05/2019.

IMAGEM 2



Figura 23: Mapa turístico de São Francisco do Sul – SC

Sugerimos a você professor, que imprima o mapa acima e entregue aos alunos antes da visita à cidade. Durante a visita com o mapa em mãos os alunos devem circular os locais visitados e anotar suas impressões. Na volta da viagem, com o mapa e as anotações feitas os alunos poderão produzir um material de divulgação da cidade, destacando as principais diferentes notadas por eles em relação ao lugar que em vivem, por exemplo.

Como complemento, ou fechamento do tema, sugerimos que ao retornar à sala de aula, você professor e sua turma possam:

ATIVIDADES DIRECIONADAS

1) Realizar um debate acerca da importância dos portos, tanto para economia, quanto para o crescimento do estado considerando o que foi lido e observado pelos alunos;

2) Solicitar aos seus alunos que realizem uma pesquisa no site de IPHAN¹³ para que possam aprofundar seus conhecimentos sobre as ações dessa instituição frente à preservação e salvaguarda do Patrimônio Cultural brasileiro. Pesquise também sobre as ações da Fundação Catarinense de Cultura quanto à valorização e salvaguarda do Patrimônio Cultural de Santa Catarina.

¹³ <http://portal.iphan.gov.br/>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Prezado professor, esperamos que com a leitura desta metodologia e posterior prática de seus temas na visitação ao Museu Nacional do Mar, você possa fomentar e desenvolver com seus alunos aulas mais dinâmicas e atentas a realidade deles, e que proporcionem a reflexão do papel dos museus no Ensino de História.

Como proposto na apresentação, percebe-se que todos os eixos envolvem a história do trabalho e da cultura material no trato de seus temas. O primeiro tema das Grandes Navegações contextualiza a escravidão como forma de trabalho predominante neste período no Brasil, o que possibilita o ampliar das possibilidades de trabalho em sala de aula, com as questões ligadas à navegação e a escravidão no Brasil que são conteúdos estudados pelos alunos.

No segundo tema desenvolvido sobre as armações baleeiras, buscamos enfatizar as discussões em apenas um local do museu, mas que o mesmo trouxesse oportunidades de reflexões que perpassassem as paredes dele, chegando à igreja matriz da cidade, e oportunizando aos alunos e a você professor uma análise da importância dessa atividade comercial. Mas o mais importante aqui é instigar os alunos a leitura de textos historiográficos, que permitam com que eles se sintam parte da história, e percebam que a escrita da história perpassa por questões do cotidiano e se aproxima deles.

No terceiro tema sobre a pesca artesanal, mais uma vez as relações de trabalho e cultura material ficam evidentes, uma vez que despertamos a atenção dos alunos a diversas formas de construção dos barcos de pesca e da renda de Bilro confeccionada pelas mulheres. Aqui, em especial, nos dedicamos em fazer com os alunos desenvolvam seu poder de pesquisa, e conseqüentemente o pensamento crítico a partir das informações que encontrarem.

No quarto e último tema apresentado, as relações entre o local de instalação do museu, são postas em evidência buscando o entendimento da necessidade e da importância da preservação dos locais de memória da cidade, possibilitando com que você professor, e seus alunos, possam refletir e olhar para a cidade, de uma forma singular, a partir das questões próprias advindas de seu desenvolvimento,

Agradecemos a possibilidade de contribuir com suas aulas, e esperamos poder ajudar a fomentar aulas de história mais práticas, dinâmicas, atentas a realidade do aluno e conseqüentemente despertarem sua atenção e motivação para os temas aqui propostos.

REFERÊNCIAS

Brasil. Constituição Federal. Lei Federal n.º 7.643, de 18 de dezembro de 1987.

CORMELATO, Fabiana. **As armações baleeiras na configuração da costa catarinense em tempos coloniais.** Disponível em: http://novonea.paginas.ufsc.br/files/2012/03/Artigo-Fabiana_Arma%C3%A7%C3%B5es-Baleeiras.pdf. Acessado em 13/05/2019.

FILHO, Alcides Goularti. **Sistema portuário catarinense: a construção dos portos de São Francisco do Sul, Itajaí e Imbituba.** Disponível em: <http://cdn.fee.tche.br/jornadas/2/E3-03.pdf>. Acessado em: 16/05/2019.

LUZ, Geovana Alves da. **De artesanato a tradição: a preservação da prática da Renda de Bilro na Ilha de Santa Catarina.** Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/171278/TCC_geovana_alves_final.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acessado em 15/05/2019.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti e ZIMMERMANN, Joseane Vidal. **História diversa: africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina, organização.** -Florianópolis: Ed. UFSC, 2013. - 281 p.

MARQUESE, Rafael de Bivar. **Economia Escravista Mundial.** In. SCHWARCZ, Lilian M.e GOMES, Flávio (orgs.): Dicionário da Escravidão e Liberdade: 50 textos críticos. 1º Ed. São Paulo: Companhia das letras, 2018.

SOUZA, Wanessa de. **As Grades Navegações e o Descobrimento do Brasil.** Disponível em: <http://www.fafich.ufmg.br/pae/apoio/asgrandesnavegacoeseodescobrimentodobrasil.pdf>. Acessado em 10/05/2019.

ZIMERMANN, Fernanda. **Armação baleeira da Lagoinha: uma grande unidade escravista.** Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/545502/mod_resource/content/1/armacao.pdf. Acessado em: 12/05/2019.